

BASE AEREA DE NATAL - BANT

Edital 13/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
13/2026	120631-BASE AEREA DE NATAL - BANT	ELIZANGELA CARDOSO DA SILVA CAETANO	18/05/2026 14:08 (v 0.5)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	63/2026	67222.000951/2026-92

1. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90015/2026



MINISTÉRIO DA DEFESA

COMANDO DA AERONÁUTICA

BASE AÉREA DE NATAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90015/BANT/2026

Processo Administrativo nº 67222.000951/2026-92

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o(a) COMANDO DA AERONÁUTICA, CNPJ 00.394.429 /0185-81, por meio do(a) Seção de Licitações e Contratos, sediado(a) RIO XINGU S/N, S/N, bairro EMAÚS, na cidade de PARNAMIRIM/RN , CEP 59148902, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade Pregão Eletrônico, na forma Eletrônica, com critério de julgamento Menor Preço , Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da Sessão Pública: data conforme publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas

Hora Inicial : 09:00

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é Aquisição de material Hidráulico e Bombas Submersas para a Base Aérea de Natal conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em 230 (duzentos e trinta) itens, conforme tabela constante do Termo de Referência /Projeto Básico, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Para os itens 1 ao 230 a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123 de 2006.

3.9. Não poderão disputar esta licitação:

3.9.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.9.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.9.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.9.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.9.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.9.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.9.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.9.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1996, concorrendo entre si;

3.9.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.9.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.9.11. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. O impedimento de que trata o item 3.9.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.9.4 e 3.9.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.14. O disposto nos itens 3.9.4 e 3.9.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.16. A vedação de que trata o item 3.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.6.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.6.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.6.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.6.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.6.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.6.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.6.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.6.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.7. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

5.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3, 5.5 ou 5.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.13. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

5.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Marca.

6.1.2. Fabricante.

6.1.3. Valor expresso em Reais (R\$).

Seq	Item/Grupo	Periodicidade
1	XXX	Total
2	XXX	Total
3	XXX	Total
4	...	Total

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação

dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valor entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de

Seq	Item/Grupo	Intervalo Mínimo (em R\$)
1	XXX	R\$ 0,01
2	XXX	R\$ 0,01
3	XXX	R\$ 0,01
4	...	R\$ 0,01

- 7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.
- 7.11. No modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação .
- 7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.18.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.18.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

7.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.20.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.20.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

7.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.21.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.21.2. empresas brasileiras;

7.21.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.21.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.23.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.23.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.9 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. conter vícios insanáveis;

8.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência.

8.7.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

8.9.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.9.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.10. Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

8.10.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, contratação semi-integrada ou contratação integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

8.10.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.

8.10.3. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

8.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.12.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semiintegrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.12.2. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.12.3. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.12.4. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.16. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.17. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.18. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.19. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.20. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei .

9.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.9. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

9.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.11. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

9.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.13. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.11.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

9.13.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.13.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.13.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.14. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.11.1

9.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;

b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou

c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1. A existência do registro do Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item (ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:.

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

- 13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inhabilitação;
- 13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www2.fab.mil.br/licitacoescontratos/>

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;
- 14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- 14.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou
- 14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 14.1.6. fraudar a licitação;

- 14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e /ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 14.2.1. advertência;
 - 14.2.2. multa;
 - 14.2.3. impedimento de licitar e contratar e
 - 14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 14.3.2. as peculiaridades do caso concreto
 - 14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0.5% a 15% do valor do contrato licitado.
 - 14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo o qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: e-mail licita.bant@fab.mil.br ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Rua do Especialista, S/N – Emaús – Parnamirim/RN, Seção de Protocolo da BANT

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www2.fab.mil.br/licitacoescontratos//>
- 16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 16.11.1. ANEXO I - Termo de Referência.
- 16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar
- 16.11.2. ANEXO II - Minuta de Termo de Contrato
- 16.11.3. ANEXO III - Minuta de Ata de Registro de Preços
- 16.11.4. ANEXO IV - Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato
- 16.11.5. ANEXO V - Termo de Ciência e concordância

Parnamirim/RN, DATA CONFORME ASSINATURA ELETRÔNICA.

Nos termos no art. 50 da Lei 9.784/99 e tendo em vista que o processo foi conferido pela Assessoria de Controle Interno, na forma do art. 55, Inc I, do RICA 21-9/2025, aprovo o presente Edital, por cumprir os requisitos previstos na legislação em vigor

AGU - Advocacia Geral da União / CGU - Consultoria-Geral da União / Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Atualização: NOV/2025

Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021.

2. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

SILVIA NATALIA SOARES MENEZES DA SILVA

Autoridade competente

BASE AEREA DE NATAL - BANT

Contrato 29/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
29/2026	120631-BASE AEREA DE NATAL - BANT	ALONSO ELIAS DE ARAUJO	15/04/2026 08:45 (v 0.5)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	63/2026	67222.000951/2026-92

1. MINUTA



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
BASE AÉREA DE NATAL

Processo Administrativo nº 67222.000951/2026-92

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº _____, QUE FAZEM ENTRE
SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A) COMANDO DA AERONÁUTICA, E
_____.

A(O) , por intermédio do(a) COMANDO DA AERONÁUTICA, com sede no(a) RIO XINGU S/N, S/N, bairro EMAÚS, na cidade de PARNAMIRIM/RN, CEP 59148902, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 00.394.429/0185-81, neste ato representado(a) por SILVIA NATÁLIA SOARES MENEZES DA SILVA, cargo Ordenadora de Despesas da BANT, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) _____, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº _____, sediado(a) na

_____,
_____,
_____, na cidade de
_____, bairro de

/ _____, CEP _____, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por _____, conforme _____, tendo em vista o que consta no Processo nº 67222.000951/2026-92 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) Pregão nº 00000/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de Aquisição de material Hidráulico e Bombas Submersas para a Base Aérea de Natal, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de contados da _____, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, bem como à inexistência de registros no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1 O valor total da contratação é de R\$ 848.088,64 (oitocentos e quarenta e oito mil, oitenta e oito reais e sessenta e quatro centavos).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.8.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO ;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.16. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.18. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.19. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.20. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.21. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.22. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.23. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 9.24. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.25. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

12.2.1.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

12.2.1.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.7.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.7.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.7.3. Das indenizações e multas.

12.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

12.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

12.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

12.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

12.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

- 13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 13.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato .
- 13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 13.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.
- 13.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade: 1/120631 ;
- II) Fonte de recursos: 1000000000;
- III) Programa de trabalho: 168901;
- IV) Elemento de despesa: 339030 / 449052;
- V) Plano interno: A0000340100;
- VI) Nota de empenho: ;

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Natal, Seção Judiciária de Rio Grande do Norte, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

.....
COMANDO DA AERONÁUTICA
SILVIA NATÁLIA SOARES MENEZES DA SILVA
Ordenadora de Despesas da BANT

.....
Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS

- 1-
- 2-

AGU - Advocacia Geral da União / CGU - Consultoria-Geral da União / Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Modelo de Termo de Contrato para Licitações - AQUISIÇÕES EM GERAL - Lei nº 14.133, de 2021.

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação. Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

Atualização: NOV/2025

Código de Identificação Ger@AGU: 311a3d1776191889245

Código Ger@ do Edital : 289e061776188643207

2. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

SILVIA NATALIA SOARES MENEZES DA SILVA

Autoridade competente

BASE AEREA DE NATAL - BANT

Ata de Registro de Preços 11/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
11/2026	120631-BASE AEREA DE NATAL - BANT	ALONSO ELIAS DE ARAUJO	15/04/2026 09:15 (v 0.3)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	63/2026	67222.000951/2026-92

1. DO OBJETO



MINISTÉRIO DA DEFESA

COMANDO DA AERONÁUTICA

BASE AÉREA DE NATAL

Processo Administrativo nº 67222.000951/2026-92

Ata de Registro de Preços nº XX/2026

O(A) Base Aérea de Natal, com sede no(a) Rio Xingu, S/N, bairro Emaús, na cidade de Parnamirim/RN, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 00.394.429 /0185-81, neste ato representado(a) pelo(a) Ordenadora de Despesas da BANT, Silvia Natália Soares Menezes da Silva Cel Int, nomeado(a) pela Portaria nº XX, de [dia] de [mês] de [ano], publicada no DOU de [dia] de [mês] de [ano], portador da Matrícula Funcional nº [nº matrícula], considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., publicada no de/...../202....., processo administrativo n.º 67222.000951/2026-92, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de Aquisição de material Hidráulico e Bombas Submersas para a Base Aérea de Natal, especificado(s) no(s) item(ns) XX do Termo de Referência, anexo XX do edital de licitação n.º xxxx/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

- 3.1. O órgão gerenciador será o(a) Base Aérea de Natal.
- 3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação , conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

- 5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
- 5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023[A2] .

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no **edital**.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente[A1] após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

12. ANEXO

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

--	--

Item do TR	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

SILVIA NATALIA SOARES MENEZES DA SILVA
Autoridade competente



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	Edital def e anexos PRE 90015/2026_conferencia_ACI e assinatura_OD
Data/Hora de Criação:	20/05/2026 10:36:57
Páginas do Documento:	37
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	38
Hash MD5:	3b85651e987cd225942d004879814fbe
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Segundo Sargento DEUSA RUANA MESQUITA COSTA no dia 27/05/2026 às 10:09:41 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cel SILVIA NATÁLIA SOARES MENEZES DA SILVA no dia 28/05/2026 às 15:54:50 no horário oficial de Brasília.

BASE AEREA DE NATAL - BANT

Termo de Referência 72/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
72/2026	120631-BASE AEREA DE NATAL - BANT	HEUDER FERNANDES DE VASCONCELOS	10/04/2026 10:07 (v 0.4)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	63/2026	67222.000951/2026-92

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
AQUISIÇÕES, EXCETO TIC - LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO DIRETA



MINISTÉRIO DA DEFESA

COMANDO DA AERONÁUTICA

BASE AÉREA DE NATAL

(Processo Administrativo nº 67222.000541/2025-61)

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Aquisição de material Hidráulico e Bombas Submersas para a Base Aérea de Natal, para atender às demandas da GUARNAE-NT, nos termos da tabela em anexo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.1.1. SUPRESSÃO Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s):

Órgão Gerenciador:					
item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO Máxima	Quantidade total

--	--	--	--	--	--

Órgão Participante:					
Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISICÃO MÍNIMA	REQUISICÃO Máxima	Quantidade total

Órgão Participante:					
Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISICÃO MÍNIMA	REQUISICÃO Máxima	Quantidade total

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa) dias, contados da data de início disposta no contrato ou no instrumento substitutivo, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. O produto objeto da contratação está dentro da padronização seguida pelo órgão, conforme especificações técnicas e requisitos de desempenho constante do Catálogo Unificado de Materiais – CATMAT do SIASG.

1.7. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes do CATMAT e do presente Termo de Referência, prevalecem estas últimas. Portanto, os licitantes deverão elaborar suas propostas com base na descrição constante na relação de Itens do TR em anexo.

Possibilidade de Prorrogação da Ata de Registro de Preços

1.8. Nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021 e conforme previsto no Estudo Técnico Preliminar, a Ata de Registro de Preços decorrente deste processo poderá ter sua vigência prorrogada, bem como poderá ser renovado o quantitativo registrado, desde que:

a) seja comprovada a manutenção da vantajosidade da proposta;

b) exista previsão expressa no edital e na própria ata;

c) haja manifestação formal no processo de planejamento da contratação;

d) a prorrogação seja formalizada por termo aditivo dentro do prazo de vigência da ata.

1.8.1. A prorrogação tem por objetivo assegurar a continuidade do fornecimento, promover economicidade e evitar a deflagração de novos procedimentos licitatórios em curtos intervalos, desde que mantidas as condições originais de vantajosidade e regularidade jurídica.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 00394429000100-0-000009/2026;

II) Data de publicação no PNCP: 05/03/2026;

III) Id do item no PCA: 1617;

IV) Classe/Grupo: 9999 - ITENS DIVERSOS;

V) Identificador da Futura Contratação: 120631-063/2026.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Para a aquisição deverá ser observada os critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis, com atenção ao material reciclado, atóxico, biodegradável, assim como, deverão ser observados os requisitos de certificação do INMETRO, destacando os critérios de acondicionamento adequado, e os cuidados na preservação e armazenagem do material.

4.1.2. Nas aquisições e contratações governamentais, é dada prioridade para produtos reciclados e recicláveis e para bens que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis, conforme artigo 7º, XI, da Lei no 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, sendo observada, ainda, a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº. 01/2010, bem como os atos normativos editados pelos órgãos de proteção ao meio ambiente. Nesse sentido foi consultado o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU para uma lista de objetos abrangidos por disposições normativas de caráter ambiental. Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a oferta de produto ou equipamento que contenha ou faça uso de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal.

4.1.3. Os materiais devem ser constituídas, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas específicas da ABNT NBR; assim como os materiais deverão ser acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, sendo que a verificação dos respectivos requisitos será efetiva no momento do recebimento do material.

4.1.4. Só será admitida a oferta dos produtos que possuam a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, na classe A e B, nos termos da Portaria INMETRO nº 455, de 01/12/2010, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC do produto e trata da etiquetagem compulsória.

4.1.5. O fabricante dos aparelhos elétricos também deve estar registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais.

4.2. Ainda como requisito, as empresas ganhadoras do processo licitatório deverão responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, substituir, reparar ou corrigir, caso apresente avarias ou defeitos.

4.3. Todos os produtos deverão ser entregues contendo etiquetas mencionando o nome da empresa fornecedora e o número da Nota Fiscal e em embalagens que apresentem as especificações constantes no Termo de Referência, devendo ser informados os cuidados especiais a serem observados na preservação e armazenagem do material, tais como: temperatura de armazenagem, limite de umidade ou outros que o material exigir.

4.4. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para o fornecimento do objeto da licitação, e para que a presente aquisição seja contratada, será necessário a total observância dos requisitos exigidos, em especial os referentes às quantidades, aos critérios de sustentabilidade ambiental, bem como às demais exigências e necessidades.

Indicação de marcas ou modelos

4.5. SUPRESSÃO ~~Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares. (...).~~

Da vedação de contratação de marca ou produto

4.6. SUPRESSÃO ~~Diante das conclusões extraídas do processo administrativo nº XXXXX.XXXXXX/XXXX-XX, a Administração não aceitará o fornecimento dos seguintes produtos/marcas:~~

Da exigência de amostra

4.7. SUPRESSÃO ~~Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.~~

4.8. SUPRESSÃO ~~Serão exigidas amostras dos seguintes itens:~~

4.9. SUPRESSÃO ~~As amostras poderão ser entregues no endereço [indicar o endereço], no prazo limite de [indicar o prazo], sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.~~

4.10. SUPRESSÃO ~~É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.~~

4.11. SUPRESSÃO ~~No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.~~

4.12. SUPRESSÃO ~~Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:~~

~~4.12.1. Itens (...):,~~

~~4.12.2. Itens (...):,~~

4.13. SUPRESSÃO ~~Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.~~

4.14. SUPRESSÃO ~~Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.~~

4.15. SUPRESSÃO ~~Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.~~

4.16. SUPRESSÃO ~~Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de XX (xxxxx) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.~~

4.17. SUPRESSÃO ~~Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.[A4]~~

Da exigência de carta de solidariedade

4.18. SUPRESSÃO ~~Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, será exigida do licitante/interessado provisoriamente classificado em primeiro lugar, nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.~~

Subcontratação

4.19. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.20. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.21. **SUPRESSÃO** ~~Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte para os itens: da tabela em anexo neste instrumento.~~

4.21.1. **SUPRESSÃO** ~~Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.~~

4.21.2. **SUPRESSÃO** ~~Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.~~

4.21.3. **SUPRESSÃO** ~~Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.~~

Margem de Preferência:

4.22. **SUPRESSÃO** ~~O objeto da contratação enquadra-se na margem de preferência [normal] OU [adicional] de %, prevista no Decreto n.º, conforme disposto na Resolução n.º da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – CICS, por se tratar de [bens manufaturados nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras] OU [bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis].~~

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da nota de empenho, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Base Aérea de Natal. Rua do Especialista, nº S/N – Bairro Emaús – Cidade: Parnamirim/RN CEP: 59148-900. Esquadrão de Infraestrutura. Somente nos dias úteis, no horário compreendido entre 08:00 às 15:00 (segunda à quinta) e entre 08:00 às 11:00 (sexta), com agendamento prévio, pelo telefone disponibilizado na nota de empenho, para conferência do produto com as especificações técnicas solicitadas no termo de referência, ficando vinculada a adjudicação do item à aprovação por equipe técnica responsável, registrada em termo próprio.

5.3.1. **SUPRESSÃO** ~~No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 06 (seis) meses do prazo total recomendado pelo fabricante.~~

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

- 6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

- 6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 6.15. ~~**SUPRESSÃO** Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:~~
- 6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

- 6.17. Cabe ao gestor do contrato:
- 6.17.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 6.17.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 6.17.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 6.17.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 6.17.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 6.17.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 6.17.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;

- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” do subitem 7.1, a multa será de 0,5% (meio por cento) a 30% (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c” do subitem 7.1, a multa será de 0,5% (meio por cento) a 15% (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b” do subitem 7.1, a multa será de 0,5% (meio por cento) a 15% (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d” do subitem 7.1, a multa será de 0,5% (meio por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a” do subitem 7.1, a multa será de 0,5% (meio por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

7.15. O descumprimento de obrigações contratuais por parte do licitante poderá ensejar a aplicação de sanções administrativas, mediante a instauração de Processo Administrativo de Apuração de Irregularidade (PAAI), cujos procedimentos e dosimetria foram regulamentados pela PORTARIA GABAER Nº 623/GC4, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2023, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica no 213, de 23 NOV 2023.

7.16. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa, não cumprir as obrigações estabelecidas neste Termo de Referência.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10(dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5(cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5(cinco) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

8.27. **SUPRESSÃO** ~~A presente contratação permite a antecipação de pagamento (parcial/total), conforme as regras previstas no presente tópico.~~

8.28. **SUPRESSÃO** ~~O Contratado emitirá recibo/nota fiscal/fatura/documento idôneo/... correspondente ao valor da antecipação de pagamento de R\$ (valor por extenso), tão logo ... (incluir condicionante — ex: seja assinado o termo de contrato, ou seja, prestada a garantia etc.); para que o Contratante efetue o pagamento antecipado.~~

8.29. **SUPRESSÃO** ~~Para as etapas seguintes do contrato, a antecipação do pagamento ocorrerá da seguinte forma:~~

8.29.1. R\$. (valor em extenso) quando do início da segunda etapa.

8.29.2. (...)[A7]

8.30. **SUPRESSÃO** ~~Quando admitida a antecipação de pagamento, fica o Contratado obrigado a devolver, com correção monetária, a integralidade do valor antecipado, na hipótese de inexecução do objeto.~~

8.31. **SUPRESSÃO** ~~No caso de inexecução parcial, deverá haver a devolução do valor relativo à parcela não executada do contrato.~~

8.32. **SUPRESSÃO** ~~O valor relativo à parcela antecipada e não executada do contrato será atualizado monetariamente pela variação acumulada do (especificar o índice de correção monetária a ser adotado), ou outro índice que venha a substituí-lo, desde a data do pagamento da antecipação até a data da devolução.~~

8.33. **SUPRESSÃO** ~~A liquidação ocorrerá de acordo com as regras do tópico respectivo deste instrumento.~~

8.34. **SUPRESSÃO** ~~O pagamento antecipado será efetuado no prazo máximo de até (....) dias, contados do recebimento do (recibo OU nota fiscal OU fatura OU documento idôneo);~~

8.35. **SUPRESSÃO** ~~A antecipação de pagamento dispensa o ateste ou recebimento prévios do objeto, os quais deverão ocorrer após a regular execução da parcela contratual a que se refere o valor antecipado.~~

8.36. **SUPRESSÃO** ~~O pagamento de que trata este item está condicionado à tomada das seguintes providências pelo Contratado:[A~~

8.36.1. ~~comprovação da execução da etapa imediatamente anterior do objeto pelo Contratado, para a antecipação do valor remanescente;~~

8.36.2. ~~prestação da garantia adicional nas modalidades de que trata o art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de ...%;~~

8.37. **SUPRESSÃO** ~~O pagamento do valor a ser antecipado ocorrerá respeitando eventuais retenções tributárias incidentes.~~

Cessão de Crédito

8.38. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.38.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.38.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.38.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.38.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.39. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.40. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 05/03/2026.

8.41. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.42. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.43. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.44. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.45. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.46. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.47. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será parcelado.

Crítérios de aceitabilidade de preços

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.3.1. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

- 9.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 9.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 9.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.12. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 9.13. ~~SUPRESSÃO Ato de autorização para o exercício da atividade de (especificar a atividade contratada sujeita à autorização), expedido por (especificar o órgão competente) nos termos do art. da (Lei/Decreto) nº~~
- 9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 9.23. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.24. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.25. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
--	---------------------------------------------

SG =	Ativo Total
	Ativo Circulante + Passivo Não Circulante

LG =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

9.26 ~~**SUPRESSÃO** Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação [capital mínimo] OU [patrimônio líquido mínimo] de% [até 10%] do [valor total estimado da contratação] OU [valor total estimado da parcela pertinente].~~

9.27 Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.28 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.29 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.30 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.31 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

9.32 ~~**SUPRESSÃO** Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente(escrever por extenso, se for o caso), em plena validade;~~

9.32.1 ~~**SUPRESSÃO** Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.~~

9.33 ~~**SUPRESSÃO** Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.~~

9.33.1 ~~**SUPRESSÃO** Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:~~

~~[...];~~

~~[...]; e~~

~~[...];~~

9.33.2 ~~**SUPRESSÃO** Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.~~

9.33.3 ~~**SUPRESSÃO** Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.~~

9.33.4 ~~**SUPRESSÃO** O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.~~

9.34 ~~**SUPRESSÃO** Prova de atendimento aos requisitos, previstos na lei~~

9.35. Não haverá exigência de qualificação técnica para esta contratação, conforme fundamentação descrita no Anexo I do Estudo Técnico Preliminar, em razão da natureza padronizada e do baixo risco técnico dos itens a serem adquiridos.

Disposições gerais sobre habilitação

9.36. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.37. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto no 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.38. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.39. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.40. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.41. O objeto contratado deverá ser acompanhado de catálogo de itens, que é um documento descritivo e comercial/técnico básico, trazendo especificações, dimensões, composição, código do produto, fabricante e aplicação.

9.42. Para os itens 215, 216, 217, 218 e 219, deverá ser apresentado manual do usuário em versão completa, em português, contendo todas as instruções necessárias à operação e à manutenção. Além disso, deverá ser apresentada relação atualizada das redes de assistência técnica autorizadas, com respectivos endereços e contatos, visando garantir o suporte adequado aos equipamentos em todo o território nacional.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, foi de **R\$ 848.088,64 (oitocentos e quarenta e oito mil, oitenta e oito reais e sessenta e quatro centavos)**, abrangendo os itens descritos no planejamento, conforme custos unitários apostos na tabela em anexo.

10.2. **SUPRESSÃO** ~~O valor de referência para aplicação do maior desconto corresponde a R\$.....~~

10.3. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10.4. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.4.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.4.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.4.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: [1/120631];

II) Fonte de recursos: [100000000];

III) Programa de trabalho resumido: [168901];

IV) Elemento de despesa: [339030/ 449052];

V) Plano interno: [A0000340100].

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

12.2 As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas, podendo ser acessadas por qualquer interessado, nos termos da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação). Caso algum documento ou dado específico relacionado a este processo venha a exigir restrição de acesso em razão de sigilo legal ou estratégico, tal classificação será indicada expressamente em momento oportuno, com fundamento na referida Lei.

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de 10 (dez) dias corridos, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato a Nota de Empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.9. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) , a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9.1. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

3.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada ;

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. ~~**SUPRESSÃO** Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;~~

4.1.10. ~~**SUPRESSÃO** Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.~~

4.1.11. Manter durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12. ~~**SUPRESSÃO** Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;~~

4.1.13. ~~**SUPRESSÃO** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;~~

4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

- 4.1.17. **SUPRESSÃO** ~~Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;~~
- 4.1.18. **SUPRESSÃO** ~~Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução contratual;~~
- 4.1.19. **SUPRESSÃO** ~~Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.~~
- 4.1.20. **SUPRESSÃO** ~~Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congêneres;~~
- 4.1.21. **SUPRESSÃO** ~~Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;~~
- 4.1.22. **SUPRESSÃO** ~~Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;~~
- 4.1.23. **SUPRESSÃO** ~~Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;~~
- 4.1.24. **SUPRESSÃO** ~~Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;~~
- 4.1.25. **SUPRESSÃO** ~~Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.401, de 12 de junho de 2008;~~
- 4.1.26. **SUPRESSÃO** ~~Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.~~

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.
- 5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:
- 5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- 5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
- 5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 5.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 5.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.
- 5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 5.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 5.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 5.5.3. Indenizações e multas.
- 5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
- 5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. **SUPRESSÃO** ~~O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.~~

7.3. **SUPRESSÃO** ~~As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.~~

7.4. **SUPRESSÃO** ~~As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.~~

7.5. **SUPRESSÃO** ~~Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.~~

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Natal Seção Judiciária do Rio Grande do Norte para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento,declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão Eletrônica nº...../2026, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Parnamirim - RN, de de 2026.

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

YAN BISMARCK DO NASCIMENTO BATISTA

Presidente da Equipe de Planejamento da Contratação

Despacho: Aprovo o presente TR, nos termos do Art. 50 da Lei .784/99 e concordo com as justificativas apresentadas por cumprir os requisitos legais previstos nos ordenamentos vigentes.

SILVIA NATALIA SOARES MENEZES DA SILVA

Ordenadora de Despesas da BANT

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Planilha de Itens do Termo de Referencia.pdf (149.01 KB)
- Anexo II - Estudo Técnico Preliminar.pdf (494.78 KB)

Planilha de Itens do Termo de Referência

ITEM	REQUISIÇÕES	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNID. DE MEDIDA	QUANT. MÍNIMA	QUANT. MÁXIMA	VALOR DE REFERÊNCIA UNITÁRIO	VALOR DE REFERÊNCIA TOTAL
1	RDT078001AU	Adaptador soldável curto bolsa e rosca para registro 110mm:Conexão Hidráulica, material: pvc cloreto de polivinila, tipo: adaptador curto, tipo fixação: soldável e Roscável, Aplicação: registro, bitola ii: 110 mm x 4 pol.	373936	UN	4	34	R\$ 81,66	R\$ 2.776,44
2	RDT078002AU	Adaptador soldável curto bolsa e rosca para registro 20mm:Conexão hidráulica, material: pvc cloreto de polivinila, tipo: adaptador curto, tipo fixação: soldável e roscável, aplicação: registro, bitola ii: 20 mm.	243441	UN	17	170	R\$ 2,05	R\$ 348,50
3	RDT078003AU	Adaptador soldável curto bolsa e rosca para registro 25mm:Conexão hidráulica, material: pvc cloreto de polivinila, tipo: adaptador curto, tipo fixação: soldável e roscável, aplicação: registro, bitola ii: 25mm.	453144	UN	18	180	R\$ 3,00	R\$ 540,00
4	RDT078004AU	Adaptador soldável curto bolsa e rosca para registro 32mm:Conexão hidráulica, material: pvc cloreto de polivinila, tipo: adaptador curto, tipo fixação: soldável e roscável, aplicação: registro, bitola ii: 32mm.	453143	UN	15	150	R\$ 4,01	R\$ 601,50
5	RDT078005AU	Adaptador soldável curto bolsa e rosca para registro 40mm:Conexão hidráulica, material: pvc cloreto de polivinila, tipo: adaptador curto, tipo fixação: soldável e roscável, aplicação: registro, bitola ii: 40mm.	373930	UN	4	40	R\$ 9,51	R\$ 380,40
6	RDT078006AU	Adaptador soldável curto bolsa e rosca para registro 50mm:Conexão hidráulica, material: pvc cloreto de polivinila, tipo: adaptador curto, tipo fixação: soldável e roscável, aplicação: registro, bitola ii: 50mm.	373940	UN	4	40	R\$ 13,75	R\$ 550,00
7	RDT078007AU	Adaptador soldável curto bolsa e rosca para registro 60mm:Conexão hidráulica, material: pvc cloreto de polivinila, tipo: adaptador curto, tipo fixação: soldável e roscável, aplicação: registro, bitola ii: 60mm.	333255	UN	4	35	R\$ 16,56	R\$ 579,60
8	RDT078008AU	Adaptador soldável curto bolsa e rosca para registro 75mm:Conexão hidráulica, material: pvc cloreto de polivinila, tipo: adaptador curto, tipo fixação: soldável e roscável, aplicação: registro, bitola ii: 75mm.	373939	UN	2	20	R\$ 30,00	R\$ 600,00

Planilha de Itens do Termo de Referência

9	RDT078009AU	Adaptador soldável curto bolsa e rosca para registro 85mm:Conexão hidráulica, material: pvc cloreto de polivinila, tipo: adaptador curto, tipo fixação: soldável e roscável, aplicação: registro, bitola ii: 85mm.	373938	UN	2	20	R\$ 33,86	R\$ 677,20
10	RDT078010AU	Adesivo aquatherm:Adesivo conexão hidráulica, composição: cpvc, características adicionais:TUBO DE 850G aquatherm.	371114	UN	2	20	R\$ 145,93	R\$ 2.918,60
11	RDT078011AU	Anel de vedação 100mm:Anel vedação, material: borracha butilica, forma seção transversal: circular, diâmetro interno: 100 mm, espessura seção transversal: 20 mm, características adicionais: vaso sanitário com guia.	441837	UN	6	60	R\$ 6,00	R\$ 360,00
12	RDT078012AU	Assento sanitário almofadado: Assento vaso sanitário universal, material: plástico, cor: branca, características adicionais: almofadado.	463371	UN	15	150	R\$ 45,83	R\$ 6.874,50
13	RDT078013AU	Assento sanitário pvc rígido: Assento vaso sanitário universal, material: polipropileno, cor: branca.	428250	UN	10	100	R\$ 49,94	R\$ 4.994,00
14	RDT078014AU	Bucha de redução de 50x 32mm.	399169	UN	6	60	R\$ 11,89	R\$ 713,40
15	RDT078015AU	Bucha de redução longa 110x75mm: Bucha instalação predial água fria, material: pvc cloreto de Polivinila, Diâmetro nominal: 110 x 75 mm, tipo: redução longa, Tipo Extremidades: bolsa soldável.	242400	UN	2	20	R\$ 36,69	R\$ 733,80
16	RDT078016AU	Bucha de redução longa 60x50mm: Conexão hidráulica, material: pvc cloreto de polivinila, tipo: bucha redução longa, tipo fixação: soldável, aplicação: instalações prediais água fria, bitola: 60 x 50 mm.	389654	UN	6	55	R\$ 17,15	R\$ 943,25
17	RDT078017AU	Bucha de redução longa 85x60mm: Conexão hidráulica, material: pvc cloreto de polivinila, tipo: bucha redução longa, tipo fixação: soldável, aplicação: instalações prediais água fria, bitola ii: 85 x 60 mm.	367460	UN	3	30	R\$ 33,90	R\$ 1.017,00
18	RDT078018AU	Bucha de redução soldável curta 110x85:Bucha instalação predial água fria, material: pvc cloreto de polivinila, diâmetro nominal: 110 x 85 mm, tipo: redução curta, tipo extremidades: bolsa soldável.	220576	UN	3	30	R\$ 42,99	R\$ 1.289,70
19	RDT078019AU	Bucha de redução soldável curta 25x20:Conexão hidráulica, material: pvc cloreto de polivinila, tipo: bucha redução curta, tipo fixação: soldável, aplicação: instalações prediais água fria, bitola: 25 x 20 mm.	242808	UN	18	180	R\$ 1,16	R\$ 208,80

Planilha de Itens do Termo de Referência

20	RDT078020AU	Bucha de redução soldável curta 32x25:Conexão hidráulica, material: pvc cloreto de polivinila, tipo: bucha redução curta, tipo fixação: soldável, cor: marrom, bitola i: 32 x 25 mm.	398687	UN	23	230	R\$ 1,80	R\$ 414,00
21	RDT078021AU	Bucha de redução soldável curta 40x32:Conexão hidráulica, material: pvc cloreto de polivinila, tipo: bucha redução curta, tipo fixação: soldável, cor: marrom, bitola i: 40 x 32 mm.	398688	UN	4	40	R\$ 2,00	R\$ 80,00
22	RDT078022AU	Bucha de redução soldável curta 50x40:Conexão hidráulica, material: pvc cloreto de polivinila, tipo: bucha redução curta, tipo fixação: soldável, aplicação: instalações prediais água fria, bitola: 50 x 40 mm.	399173	UN	4	35	R\$ 4,60	R\$ 161,00
23	RDT078023AU	Bucha de redução soldável curta 60x50:Conexão hidráulica, material: pvc cloreto de polivinila, tipo: bucha redução curta, tipo fixação: soldável, aplicação: instalações prediais água fria, bitola: 60 x 50 mm.	246608	UN	5	50	R\$ 9,15	R\$ 457,50
24	RDT078024AU	Bucha de redução soldável curta 75x60:Bucha instalação predial água fria, material: pvc cloreto de polivinila, diâmetro nominal: 75 x 60 mm, características adicionais: redução curta,bolsa soldável.	380914	UN	2	20	R\$ 10,59	R\$ 211,80
25	RDT078025AU	Bucha de redução soldável curta 85x75:Bucha instalação predial água fria, material: pvc cloreto de polivinila, diâmetro nominal: 85 x 75 mm, tipo: redução curta, tipo extremidades: bolsa soldável.	242378	UN	2	20	R\$ 15,45	R\$ 309,00
26	RDT078026AU	Bucha redução curta 110x75mm :Conexão hidráulica, material: pvc cloreto de polivinila, tipo: bucha redução, tipo fixação: soldável,curta aplicação: instalações prediais água fria, bitola: 110 x 75 mm.	271925	UN	2	20	R\$ 77,54	R\$ 1.550,80
27	RDT078027AU	Bucha redução longa32x20mm:Conexão hidráulica, material: pvc cloreto de polivinila, tipo: luva de redução, longa, tipo fixação: soldável, aplicação: instalações prediais água fria, bitola i: 32 x 20 mm.	296245	UN	5	45	R\$ 7,88	R\$ 354,60
28	RDT078028AU	Caixa d'água 1000l: Caixa d'água, material: polipropileno, tipo: redondo, capacidade: 1000 l, características adicionais: com tampa.	262024	UN	2	20	R\$ 509,00	R\$ 10.180,00
29	RDT078029AU	Caixa d'água 500l: Caixa d'água, material: polietileno, tipo: formato cilíndrico, capacidade: 500 l, características adicionais: com tampa.	369403	UN	2	20	R\$ 322,98	R\$ 6.459,60

Planilha de Itens do Termo de Referência

30	RDT078030AU	Caixa d'água 20.000l: Caixa d'água, material: polietileno, tipo: formato cilíndrico, capacidade: 20.000 l, características adicionais: com tampa.	483178	UN	2	4	R\$ 7.849,33	R\$ 31.397,32
31	RDT078031AU	Cap de esgoto 100mm; Conexão hidráulica, material: pvc rígido, tipo: cap, tipo fixação: soldável, aplicação: instalações esgoto, cor: branca, bitola: 100 mm.	380960	UN	6	60	R\$ 9,92	R\$ 595,20
32	RDT078032AU	Cap de esgoto 40mm: Conexão hidráulica, material: pvc, tipo: cap, tipo fixação: soldável, aplicação: instalações esgoto, cor: branca, bitola: 40 mm.	465774	UN	4	35	R\$ 5,25	R\$ 183,75
33	RDT078033AU	Cap soldável 100mm: Conexão hidráulica, material: pvc cloreto de polivinila, tipo: cap, tipo fixação: pba, diâmetro nominal: 100 mm, diâmetro externo: 100 mm.	253386	UN	2	20	R\$ 13,00	R\$ 260,00
34	RDT078034AU	Cap soldável 20mm: Conexão hidráulica, material: polietileno, tipo: cap, tipo fixação: soldável, bitola i: 20 mm.	375085	UN	10	100	R\$ 2,45	R\$ 245,00
35	RDT078035AU	Cap soldável 25mm: Conexão hidráulica, material: polietileno, tipo: cap, tipo fixação: soldável, bitola i: 25 mm.	363039	UN	10	100	R\$ 2,29	R\$ 229,00
36	RDT078036AU	Cap soldável 32mm: Conexão hidráulica, material: polietileno, tipo: cap, tipo fixação: soldável, bitola i: 32 mm.	454982	UN	9	90	R\$ 3,46	R\$ 311,40
37	RDT078037AU	Cap soldável 40mm: Conexão hidráulica, material: pvc cloreto de polivinila, tipo: cap, tipo fixação: soldável, aplicação: instalações prediais água fria, normas técnicas: NBR 5648, bitola: 40 mm.	351447	UN	6	55	R\$ 5,25	R\$ 288,75
38	RDT078038AU	Cap soldável 50mm: Conexão hidráulica, material: pvc cloreto de polivinila, tipo: cap, tipo fixação: soldável, aplicação: instalações prediais água fria, normas técnicas: NBR 5648, bitola: 50 mm.	351448	UN	9	85	R\$ 6,22	R\$ 528,70
39	RDT078039AU	Cap soldável 60mm: Conexão hidráulica, material: pvc cloreto de polivinila, tipo: cap, tipo fixação: soldável, aplicação: instalações prediais água fria, bitola: 60 mm.	260872	UN	8	75	R\$ 17,98	R\$ 1.348,50
40	RDT078040AU	Cap soldável 75mm: Conexão hidráulica, material: pvc cloreto de polivinila, tipo: cap, tipo fixação: soldável, bitola: 75 mm.	380966	UN	4	35	R\$ 18,00	R\$ 630,00
41	RDT078041AU	Carrapeta ½: Vedante torneira, material: plástico, bitola: 1,2 pol.	304551	UN	52	520	R\$ 1,99	R\$ 1.034,80
42	RDT078042AU	Chuveiro de ½ e ¾: Chuveiro não elétrico, material: pvc, tipo: com braço ,sem registro, cor: branca, diâmetro: 4 bitola: 1,2 pol, aplicação: água fria.	287830	UN	15	150	R\$ 75,00	R\$ 11.250,00

Planilha de Itens do Termo de Referência

43	RDT078043AU	Chuveiro com registro de ½ e ¾: Chuveiro não elétrico, material: plástico, tipo: com braço, com registro, diâmetro: 4 pol, cor: branca, comprimento braço: 35 cm, bitola: 1,2 e 3,4 pol.	226829	UN	15	150	R\$ 43,00	R\$ 6.450,00
44	RDT078044AU	Chuveiro Ducha, Articulável, METAL e Bitola ½ e ¾. água fria Vazão: 12 l/m.	287830	UN	4	40	R\$ 121,32	R\$ 4.852,80
45	RDT078045AU	Cola cuba 280 g: Adesivo uso geral, aplicação: Aparelhos Elétricos, Características Adicionais: Bicomponente Chobond, Apresentação: massa cinza, composição: à base de epóxi tubo de 280g.	454016	UN	7	69	R\$ 37,60	R\$ 2.594,40
46	RDT078046AU	Curva macho fêmea 90 graus galvanizada 1.1/4 polegadas: Conexão hidráulica, material: ferro galvanizado, tipo: curva 90°, tipo fixação: roscável, características adicionais: diâmetro da seção 1.1,4, aplicação: instalação hidráulica.	365948	UN	2	20	R\$ 58,00	R\$ 1.160,00
47	RDT078047AU	Curva macho fêmea 90 graus galvanizada 2 polegadas: Curva , angulação: 90°, material: ferro galvanizado, tipo rosca: macho,fêmea, diâmetro nominal: 2 pol.	454427	UN	2	20	R\$ 85,00	R\$ 1.700,00
48	RDT078048AU	Curva macho fêmea 90 graus galvanizada 2.1/2 polegadas : Conexão hidráulica, material: ferro galvanizado, tipo: curva 90° longa, tipo fixação: roscável, aplicação: instalação hidráulica, bitola i: 2. ½ pol.	346316	UN	2	20	R\$ 196,86	R\$ 3.937,20
49	RDT078049AU	Curva macho fêmea 90 graus galvanizada 3 polegadas: Conexão hidráulica, material: ferro galvanizado, tipo: curva 90° longa, tipo fixação: roscável, aplicação: instalação hidráulica, bitola: 3 pol.	346318	UN	2	20	R\$ 249,48	R\$ 4.989,60
50	RDT078050AU	Curva macho fêmea 90 graus galvanizada 4 polegadas: Curva, angulação: 90°, tipo: curva longa, material: ferro galvanizado, tratamento superficial: galvanizado a fogo, normas técnicas: nbr 5597,5598, características adicionais: pesado, diâmetro nominal: 4 pol.	410686	UN	2	20	R\$ 350,00	R\$ 7.000,00
51	RDT078051AU	Ducha higiênica: Acessórios banheiro, material: metal cromado, componentes: parafusos para fixação, tipo: suporte universal ducha higiênica.	335014	UN	17	165	R\$ 55,78	R\$ 9.203,70
52	RDT078052AU	Eletrodo de nível: Sensor, tipo: eletrodo tipo pêndulo, aplicação: poço artesiano, características adicionais: medição de nível estático e dinâmico, com haste.	455750	UN	6	60	R\$ 97,79	R\$ 5.867,40

Planilha de Itens do Termo de Referência

53	RDT078053AU	Engate 40cm: Engate hidráulico, material: pvc flexível, bitola: 1,2 pol, comprimento: 40 cm, aplicação: instalações prediais água fria, características adicionais: com niple.	397067	UN	53	530	R\$ 8,95	R\$ 4.743,50
54	RDT078054AU	Engate 50cm: Engate hidráulico, material: pvc flexível, bitola: 1,2 pol, comprimento: 50 cm, aplicação: instalações prediais água fria.	355256	UN	55	550	R\$ 11,59	R\$ 6.374,50
55	RDT078055AU	Espude: Espude para mictório, material: borracha, bitola: 40 mm, características adicionais: sem parafuso.	427059	UN	2	10	R\$ 12,00	R\$ 120,00
56	RDT078056AU	Filtro de bebedouro 20 a 200l: Filtro purificação água, material: polipropileno, vazão: 200 l/h, características adicionais: carvão ativado impregnado de prata coloidal, tamanho: 9 pol.	467221	UN	9	90	R\$ 120,89	R\$ 10.880,10
57	RDT078057AU	Flange de 85 mm, soldável: Conexão hidráulica, material: pvc cloreto de polivinila, tipo: adaptador longo com flanges livres, tipo fixação: soldável, aplicação: caixa d'água, bitola ii: 85mm.	373954	UN	2	20	R\$ 220,00	R\$ 4.400,00
58	RDT078058AU	Flange soldável 25mm: Conexão hidráulica, material: pvc rígido, tipo: adaptador, tipo fixação: soldável, cor: marrom, bitola i: 25 mm x 3,4 pol, características adicionais 1: flange e anel.	380962	UN	6	55	R\$ 25,60	R\$ 1.408,00
59	RDT078059AU	Flange soldável 32mm: Conexão hidráulica, material: pvc rígido, tipo: adaptador, tipo fixação: soldável, cor: marrom, bitola i: 32mm, características adicionais 1: flange e anel.	373954	UN	13	130	R\$ 18,45	R\$ 2.398,50
60	RDT078060AU	Flange soldável 40mm: Conexão hidráulica, material: pvc rígido, tipo: adaptador, tipo fixação: soldável, cor: marrom, bitola i: 40 mm, características adicionais 1: flange e anel.	373951	UN	4	35	R\$ 29,80	R\$ 1.043,00
61	RDT078061AU	Flange soldável 60mm: Conexão hidráulica, material: pvc rígido, tipo: adaptador, tipo fixação: soldável, cor: marrom, bitola i: 60 mm, características adicionais 1: flange e anel.	373955	UN	8	80	R\$ 36,50	R\$ 2.920,00
62	RDT078062AU	Joelho 90° soldável 110mm: Conexão hidráulica, material: pvc cloreto de polivinila, tipo: joelho 90°, tipo fixação: soldável, aplicação: instalações prediais água fria, bitola: 110 mm.	243128	UN	4	40	R\$ 215,38	R\$ 8.615,20
63	RDT078063AU	Joelho 90° soldável 20mm: Conexão hidráulica, material: pvc cloreto de polivinila, tipo: joelho 90°, tipo fixação: soldável, bitola ii: 20 mm x 1,2 pol.	411841	UN	33	330	R\$ 2,40	R\$ 792,00
64	RDT078064AU	Joelho 90° soldável 25mm: Conexão hidráulica, material: pvc cloreto de polivinila, tipo: joelho 90°, tipo fixação: soldável, bitola i: 25 mm x 3,4 pol.	396992	UN	47	470	R\$ 1,44	R\$ 676,80

Planilha de Itens do Termo de Referência

65	RDT078065AU	Joelho 90° soldável 32mm: Conexão hidráulica, material: pvc cloreto de polivinila, tipo: joelho 90°, tipo fixação: soldável, bitola lado roscável: não aplicável pol, bitola lado soldável: 32 mm, bucha de latão características adicionais: não aplicável, aplicação: rede hidráulica, cor: marrom.	462385	UN	19	190	R\$ 3,00	R\$ 570,00
66	RDT078066AU	Joelho 90° soldável 40mm: Conexão hidráulica, material: pvc cloreto de polivinila, tipo: joelho 90°, tipo fixação: soldável, bitola lado soldável: 40 mm, aplicação: instalação hidráulica, cor: marrom, normas técnicas: NBR 5648.	398760	UN	4	40	R\$ 5,40	R\$ 216,00
67	RDT078067AU	Joelho 90° soldável 50mm: Conexão hidráulica, material: pvc cloreto de polivinila, tipo: joelho 90°, tipo fixação: soldável, bitola lado soldável: 50 mm, aplicação: instalação hidráulica, cor: marrom, normas técnicas: NBR 5648.	398761	UN	11	110	R\$ 5,70	R\$ 627,00
68	RDT078068AU	Joelho 90° soldável 60mm: Conexão hidráulica, material: pvc cloreto de polivinila, tipo: joelho 90°, tipo fixação: soldável, bitola lado soldável: 60 mm, aplicação: engenharia.	258348	UN	6	60	R\$ 17,50	R\$ 1.050,00
69	RDT078069AU	Joelho 90° soldável 75mm: Conexão hidráulica, material: pvc cloreto de polivinila, tipo: joelho 90°, tipo fixação: soldável, aplicação: rede hidráulica bitola: 75 mm.	253695	UN	3	30	R\$ 55,76	R\$ 1.672,80
70	RDT078070AU	Joelho 90° soldável 85mm: Conexão hidráulica, material: pvc cloreto de polivinila, tipo: joelho 90°, tipo fixação: soldável, aplicação: instalações prediais água fria, bitola: 85 mm.	243129	UN	2	20	R\$ 90,00	R\$ 1.800,00
71	RDT078071AU	Joelho 90° soldável com bucha de latão 25mm: Conexão hidráulica, material: pvc cloreto de polivinila, tipo: joelho 90°, tipo fixação: roscável, características adicionais: com bucha de latão, aplicação: instalação hidráulica, bitola: 25 mm.	462378	UN	11	110	R\$ 5,01	R\$ 551,10
72	RDT078072AU	Kit salva registro fácil 10 em 1: Kit Salva Registro Fácil 10 Em 1.	239737	UN	9	83	R\$ 75,51	R\$ 6.267,33
73	RDT078073AU	Lâmina serra: Lâmina serra manual, material: aço rápido molibidênio, quantidade dentes: 18 dentes por polegada, largura: 13 mm, comprimento: 300 mm, espessura: 0,60 mm.	423673	UN	15	150	R\$ 14,00	R\$ 2.100,00
74	RDT078074AU	Luva com bucha de latão 20x25mm: Conexão hidráulica, material: pvc cloreto de polivinila, tipo: luva, tipo fixação: soldável e roscável, características adicionais: com bucha de latão, aplicação: instalação hidráulica, cor: azul, bitola i: 20 mm x 3,4 pol.	358239	UN	6	60	R\$ 4,60	R\$ 276,00

Planilha de Itens do Termo de Referência

75	RDT078075AU	Luva com bucha de latão 25mm: Conexão hidráulica, material: pvc rígido, tipo: luva, tipo fixação: soldável e roscável, bitola lado roscável: 3,4 pol, bitola lado soldável: 25 mm, características adicionais: com bucha de latão, aplicação: instalações prediais água fria.	265067	UN	6	60	R\$ 6,88	R\$ 412,80
76	RDT078076AU	Luva de correr para tubo soldável 100mm: Conexão hidráulica, material: pvc cloreto de polivinila, tipo: luva de correr, com anel bitola: 100 mm.	342479	UN	2	20	R\$ 30,62	R\$ 612,40
77	RDT078077AU	Luva de correr para tubo soldável 110mm: Conexão hidráulica, material: pvc, tipo: luva de correr, tipo fixação: anel borracha, aplicação: instalações prediais água fria, bitola i: 110 mm.	468638	UN	2	20	R\$ 82,97	R\$ 1.659,40
78	RDT078078AU	Luva de correr para tubo soldável 20mm: Conexão hidráulica, material: pvc cloreto de polivinila, tipo: luva de correr, tipo fixação: anel borracha, aplicação: instalações prediais água fria, bitola: 20 mm.	377771	UN	16	160	R\$ 7,15	R\$ 1.144,00
79	RDT078079AU	Luva de correr para tubo soldável 25mm: Conexão hidráulica, material: pvc cloreto de polivinila, tipo: luva de correr, tipo fixação: para tubo soldável, com anela plicação: instalações prediais água fria, bitola: 25 mm.	407295	UN	36	360	R\$ 11,76	R\$ 4.233,60
80	RDT078080AU	Luva de correr para tubo soldável 32mm: Conexão hidráulica, material: pvc cloreto de polivinila, tipo: luva de correr, tipo fixação: encaixe, características adicionais: anel de borracha para vedação nas extremidades, aplicação: instalações prediais água fria, bitola: 32 mm.	389647	UN	22	220	R\$ 19,00	R\$ 4.180,00
81	RDT078081AU	Luva de correr para tubo soldável 40mm: Conexão hidráulica, material: pvc cloreto de polivinila, tipo: luva de correr, tipo fixação: encaixe, características adicionais: anel de borracha para vedação nas extremidades, aplicação: instalações esgoto, bitola: 40 mm.	389648	UN	5	50	R\$ 23,52	R\$ 1.176,00
82	RDT078082AU	Luva de correr para tubo soldável 50mm: Conexão hidráulica, material: pvc cloreto de polivinila, tipo: luva de correr, tipo fixação: encaixe, características adicionais: anel de borracha para vedação nas extremidades, aplicação: instalações prediais água fria, bitola: 50 mm.	389649	UN	16	160	R\$ 35,13	R\$ 5.620,80

Planilha de Itens do Termo de Referência

83	RDT078083AU	Luva de correr para tubo soldável 60mm: Conexão hidráulica, material: pvc cloreto de polivinila, tipo: luva de correr, tipo fixação: encaixe, características adicionais: anel de borracha para vedação nas extremidades, aplicação: instalações prediais água fria, bitola i: 60 mm.	389651	UN	10	100	R\$ 43,79	R\$ 4.379,00
84	RDT078084AU	Luva de correr para tubo soldável 75mm: Conexão hidráulica, material: pvc cloreto de polivinila, tipo: luva de correr, tipo fixação: encaixe, características adicionais: anel de borracha para vedação nas extremidades, aplicação: instalações esgoto, bitola: 75 mm.	389650	UN	7	70	R\$ 33,00	R\$ 2.310,00
85	RDT078085AU	Luva de redução 2 x 1 1,2 polegadas: Conexão hidráulica, material: ferro galvanizado, tipo: luva de redução, bitola i: 2 x 1 1,2 pol.	261253	UN	2	20	R\$ 40,60	R\$ 812,00
86	RDT078086AU	Luva de redução 2 x 1 1,4 polegadas: Conexão hidráulica, material: ferro maleável galvanizado, tipo: luva de redução, tipo fixação: roscável, bitola i: 2 x 1 1,4 pol.	367133	UN	3	25	R\$ 27,20	R\$ 680,00
87	RDT078087AU	Luva de redução 3 x 2 1/2 polegadas: Conexão hidráulica, material: ferro galvanizado, tipo: bucha redução, tipo fixação: roscável, aplicação: tubulação de água, bitola: 3 x 2 1/2.	261254	UN	3	25	R\$ 291,53	R\$ 7.288,25
88	RDT078088AU	Luva de redução 4x3 polegadas: Conexão hidráulica, material: ferro maleável galvanizado, tipo: luva de redução, tipo fixação: roscável, bitola roscável entrada: 4 pol, bitola roscável saída: 3 pol.	365778	UN	2	20	R\$ 200,94	R\$ 4.018,80
89	RDT078089AU	Luva lrm 25 x 3/4: Conexão hidráulica, material:pvc cloreto de polivinila, tipo:luva, tipo fixação:roscável, características adicionais:com bucha de latão, bitola: 3/4".	253369	UN	12	120	R\$ 6,16	R\$ 739,20
90	RDT078090AU	Luva soldável 110mm: Conexão hidráulica, material: pvc cloreto de polivinila, tipo: luva, tipo fixação: soldável, aplicação: instalações prediais água fria, bitola: 110 mm.	245145	UN	2	20	R\$ 98,00	R\$ 1.960,00
91	RDT078091AU	Luva soldável 20mm: Conexão hidráulica, material: pvc cloreto de polivinila, tipo: luva, tipo fixação: soldável, aplicação: instalações prediais água fria, bitola: 20 mm.	245133	UN	17	170	R\$ 2,50	R\$ 425,00
92	RDT078092AU	Luva soldável 25mm: Luva conexão, material: pvc cloreto de polivinila rígido, tipo: soldável, bitola: 25 mm, bitola lado soldável: 3,4 pol, aplicação: rede predial água fria.	333991	UN	17	170	R\$ 2,07	R\$ 351,90

Planilha de Itens do Termo de Referência

93	RDT078093AU	Luva soldável 32mm: Luva conexão, material: pvc cloreto de polivinila rígido, tipo: soldável, bitola: 32 mm, bitola lado soldável: 1 pol, aplicação: rede predial água fria.	333989	UN	9	90	R\$ 2,56	R\$ 230,40
94	RDT078094AU	Luva soldável 40mm: Conexão hidráulica, material: pvc cloreto de polivinila, tipo: luva, tipo fixação: soldável, bitola lado soldável: 40 mm, aplicação: rede hidráulica , cor: marrom.	270388	UN	3	30	R\$ 3,83	R\$ 114,90
95	RDT078095AU	Luva soldável 50mm: Conexão hidráulica, material: pvc cloreto de polivinila, tipo: luva, tipo fixação: soldável, bitola lado soldável: 50 mm, , cor: marrom.	270389	UN	7	70	R\$ 5,00	R\$ 350,00
96	RDT078096AU	Luva soldável 60mm: Conexão hidráulica, material: pvc rígido, tipo: luva, tipo fixação: soldável, bitola lado soldável: 60 mm.	265032	UN	4	40	R\$ 17,67	R\$ 706,80
97	RDT078097AU	Luva soldável 75mm: Conexão hidráulica, material: pvc, tipo: luva simples, tipo fixação: soldável, aplicação: , bitola: 75 mm.	353518	UN	4	40	R\$ 19,08	R\$ 763,20
98	RDT078098AU	Luva soldável 85mm: Conexão hidráulica, material: pvc cloreto de polivinila, tipo: luva, tipo fixação: soldável, aplicação: instalações prediais água fria, bitola: 85 mm.	260868	UN	3	30	R\$ 49,98	R\$ 1.499,40
99	RDT078099AU	Luva soldável de esgoto 100mm: Conexão hidráulica, material:pvc, tipo:luva simples, tipo fixação:soldável, aplicação:instalações esgoto, bitola:100 mm.	353504	UN	12	120	R\$ 13,38	R\$ 1.605,60
100	RDT078100AU	Luva soldável de esgoto 75mm: Conexão hidráulica, material:pvc, tipo:luva simples, tipo fixação:soldável, aplicação:instalações esgoto, bitola:75 mm.	353518	UN	8	75	R\$ 6,42	R\$ 481,50
101	RDT078101AU	Luva Soldável Esgoto 40 mm: Conexão Hidráulica, Material:Pvc Cloreto De Polivinila, Tipo:Luva, Tipo Fixação:Soldável, Bitola Lado Soldável:40 Mm, Aplicação:Rede Hidráulica E Esgoto.	293931	UN	7	70	R\$ 4,51	R\$ 315,70
102	RDT078102AU	Luva Soldável Esgoto 50 mm: Conexão hidráulica, material:pvc cloreto de polivinila, tipo:luva, tipo fixação:encaixe, aplicação:instalação sanitária, bitola: 50 mm.	462550	UN	11	110	R\$ 7,49	R\$ 823,90
103	RDT078103AU	Mictório: Mictório, material: louça, formato: oval, altura: 50 cm, cor: branca, características adicionais: com sifão integrado, largura: 35 cm.	397225	UN	8	73	R\$ 419,00	R\$ 30.587,00
104	RDT078104AU	Niple ferro galvanizado 1.1/2 polegadas: Niple para tubos canos roscável, material: ferro galvanizado, diâmetro: 1 1/2 pol, aplicação: instalações prediais água fria, características adicionais: tipo duplo sextavado e extremidades roscas bsp.	382021	UN	2	10	R\$ 26,95	R\$ 269,50

Planilha de Itens do Termo de Referência

105	RDT078105AU	Niple ferro galvanizado 1.1/4 polegadas; Niple para tubos canos roscável, material: ferro galvanizado, diâmetro: 1 ¼ pol, aplicação: instalações prediais água fria, características adicionais: tipo duplo sextavado e extremidades roscas bsp.	374388	UN	2	15	R\$ 26,03	R\$ 390,45
106	RDT078106AU	Niple ferro galvanizado 2 polegadas: Niple para tubos canos roscável, material: ferro galvanizado, diâmetro: 2 pol, aplicação: instalações prediais água fria, características adicionais: tipo duplo sextavado e extremidades roscas bsp.	454425	UN	2	10	R\$ 25,00	R\$ 250,00
107	RDT078107AU	Niple ferro galvanizado 2.1/2 polegadas: Niple para tubos canos roscável, material: ferro galvanizado, diâmetro: 2 ½ pol, aplicação: instalações prediais água fria, características adicionais: tipo duplo sextavado e extremidades roscas bsp.	374929	UN	2	10	R\$ 65,45	R\$ 654,50
108	RDT078108AU	Niple ferro galvanizado 3 polegadas: Niple para tubos canos roscável, material: ferro galvanizado, diâmetro: 3 pol, aplicação: instalações prediais água fria, características adicionais: tipo duplo sextavado e extremidades roscas bsp.	337140	UN	2	10	R\$ 120,62	R\$ 1.206,20
109	RDT078109AU	Niple ferro galvanizado 4 polegadas: Niple para tubos canos roscável, material: ferro galvanizado, diâmetro: 4 pol, aplicação: instalações prediais água fria, características adicionais: tipo duplo sextavado e extremidades roscas bsp.	353228	UN	2	10	R\$ 119,50	R\$ 1.195,00
110	RDT078110AU	Parafuso de vaso: Acessórios banheiro, material: latão cromado, componentes: parafuso para fixação com bucha tipo: suporte para fixação de bacia sanitária bucha 10 com 2 un.	471262	UN	14	135	R\$ 14,72	R\$ 1.987,20
111	RDT078111AU	Parafuso de vaso: Acessórios banheiro, material: latão cromado, componentes: parafuso para fixação com bucha tipo: suporte para fixação de bacia sanitária bucha 8 com 2 un.	471262	UN	12	115	R\$ 12,86	R\$ 1.478,90
112	RDT078112AU	Plug roscável ½: Conexão hidráulica, material: tipo: plug, aplicação: instalação hidráulica, cor: branco, bitola: 1,2 pol.	353888	UN	13	130	R\$ 1,89	R\$ 245,70
113	RDT078113AU	Plug roscável ¾: Plug tubo, material: pvc cloreto de polivinila rígido, tipo: roscável, bitola: 3,4 pol, comprimento: 21 mm, aplicação: rede predial água fria.	299613	UN	13	130	R\$ 2,64	R\$ 343,20
114	RDT078114AU	Registro de bronze de gaveta 1 pol: Registro gaveta, bitola: 1 pol, material: latão fundido, características adicionais: com canopla, aplicação: instalação hidráulica.	351149	UN	2	20	R\$ 67,49	R\$ 1.349,80

Planilha de Itens do Termo de Referência

115	RDT078115AU	Registro de esfera pvc 110mm: Registro esfera, material:pvc rígido, tipo:soldável para água, bitola: 110 mm, características adicionais:com anel de vedação em borracha, aplicação:instalação hidráulica, tipo fixação:soldável.	330522	UN	2	20	R\$ 489,00	R\$ 9.780,00
116	RDT078116AU	Registro de esfera pvc 20mm:Registro esfera, material: pvc rígido, tipo: vs, bitola: 20 mm, aplicação: instalação hidráulica, tipo fixação: soldável.	469292	UN	9	90	R\$ 15,68	R\$ 1.411,20
117	RDT078117AU	Registro de esfera pvc 25mm: Registro pressão, material: pvc, diâmetro: 25 mm, tipo: soldavel, aplicação: instalação hidráulica.	469325	UN	15	150	R\$ 22,65	R\$ 3.397,50
118	RDT078118AU	Registro de esfera pvc 32mm: Registro esfera, material: pvc rígido, tipo: vs, bitola: 32 mm, aplicação: instalação hidráulica, tipo fixação: soldável.	298227	UN	11	110	R\$ 24,50	R\$ 2.695,00
119	RDT078119AU	Registro de esfera pvc 40mm: Registro esfera, material: pvc, bitola: 40mm, tipo fixação: soldável.	404513	UN	3	30	R\$ 26,00	R\$ 780,00
120	RDT078120AU	Registro de esfera pvc 50mm: Registro esfera, material: pvc, tipo: manual, bitola: 50 mm, aplicação: instalação hidráulica, tipo fixação: soldável.	295283	UN	5	45	R\$ 46,06	R\$ 2.072,70
121	RDT078121AU	Registro de esfera pvc 60mm: Registro esfera, material: pvc, tipo: borboleta, bitola: 60 mm, aplicação: oficina mecânica, tipo fixação: soldável.	343466	UN	4	40	R\$ 47,85	R\$ 1.914,00
122	RDT078122AU	Registro de esfera pvc 75mm: Registro esfera, material: pvc, tipo: manual, bitola: 75, tipo fixação: soldável.	455527	UN	3	30	R\$ 117,56	R\$ 3.526,80
123	RDT078123AU	Registro de esfera pvc 85mm: Registro esfera, material:pvc, tipo>manual, bitola: 85 mm, aplicação: instalação hidráulica, tipo fixação:soldável.	257683	UN	2	20	R\$ 138,98	R\$ 2.779,60
124	RDT078124AU	Registro de gaveta 1.1/4 polegadas: Registro gaveta, tipo: manual, bitola: 1 1,4 pol, material: bronze fundido, características adicionais: castelo com rosca para fixação de acabamento.	233452	UN	5	50	R\$ 105,41	R\$ 5.270,50
125	RDT078125AU	Registro de gaveta 2 polegadas: Registro gaveta, tipo: manual, bitola: 2 pol, material: bronze fundido, características adicionais: com acabamento.	233454	UN	6	60	R\$ 230,00	R\$ 13.800,00
126	RDT078126AU	Registro de gaveta 2.1/2 polegadas: Registro gaveta, bitola: 2 1,2 pol, material: bronze fundido, características adicionais:com acabamento.	432695	UN	2	20	R\$ 330,07	R\$ 6.601,40
127	RDT078127AU	Registro de Gaveta 3 Polegadas: Registro gaveta, bitola: 3 pol, material: bronze Fundido, Características adicionais: com Acabamento.5	353165	UN	2	20	R\$ 594,00	R\$ 11.880,00

Planilha de Itens do Termo de Referência

128	RDT078128AU	Registro de gaveta 4 polegadas: Registro gaveta, tipo: manual, bitola: 4 pol, material: bronze fundido com acabamento.	324636	UN	5	50	R\$ 878,23	R\$ 43.911,50
129	RDT078129AU	Registro de pressao (chuveiro) ½ c40 acabamento: Registro pressão, material: bronze, diâmetro: 20 mm, tipo: soldavel, características adicionais: com acabamento, aplicação: instalação hidráulica.	468603	UN	6	60	R\$ 54,90	R\$ 3.294,00
130	RDT078130AU	Registro de pressao (chuveiro) 34 c40 acabamento : Registro pressão, material: bronzã diâmetro: 25 mm, tipo: roscável, características adicionais: com acabamento aplicação: instalação hidráulica.	420012	UN	6	60	R\$ 37,36	R\$ 2.241,60
131	RDT078131AU	Registro gaveta bruto 1 ½ polegadas: Registro gaveta, bitola: 1 12 pol, material: bronze fundido, características adicionais: com acabamento.	404513	UN	6	55	R\$ 129,52	R\$ 7.123,60
132	RDT078132AU	Registro gaveta bruto 1 polegadas: Registro gaveta, tipo: manual, bitola: 1 pol, material: bronze fundido, características adicionais: com acabamento.	233453	UN	6	55	R\$ 88,42	R\$ 4.863,10
133	RDT078133AU	Registro gaveta bruto ¾ polegadas: Registro gaveta, tipo: manual, bitola: 3,4 pol, material: bronze fundido, características adicionais: com acabamento.	233450	UN	5	50	R\$ 42,10	R\$ 2.105,00
134	RDT078134AU	Reparo completo para caixa acoplada universal completo: Reparo para caixa acoplada, material: pvc cloreto de polivinila, tipo fixação: roscável, aplicação: caixa acoplada ao vaso, modelo ideal standard, componentes: borracha, flutuador, guia, haste, reguladores, ala, tipo: descarga.	293163	UN	35	350	R\$ 85,00	R\$ 29.750,00
135	RDT078135AU	Sifão simples: Sifão, material: aplicação: lavatório e pia, características adicionais: sistema vedação por anéis plástico ou borracha, bitola: 40 mm x 1 1,2 pol.	254387	UN	60	600	R\$ 9,88	R\$ 5.928,00
136	RDT078136AU	Sikadur 31 base resina kg: Adesivo estrutural, aspecto fisico: pastoso, cor: cinzaclaro, apresentação: bicomponente, composição: resina epóxi sikadu, embalagem com 1kg.	479057	UN	3	21	R\$ 75,18	R\$ 1.578,78
137	RDT078137AU	Tarraxa ½ Polegadas: Tarraxa, Dimensão: ½ pol, uso: abertura rosca.	286718	UN	2	6	R\$ 44,00	R\$ 264,00
138	RDT078138AU	Tarraxa 1.1/2 polegadas: Tarraxa, dimensão: 1.1/2 pol, uso: abertura rosca.	286720	UN	2	2	R\$ 78,20	R\$ 156,40
139	RDT078139AU	Tarraxa 1.1/4 polegadas: Tarraxa, dimensão: 1.1/4 pol, uso: abertura rosca.	286721	UN	2	2	R\$ 78,20	R\$ 156,40
140	RDT078140AU	Tarraxa 2 ½ Polegadas: Tarraxa, Dimensão: 2.1/2 pol, uso: abertura rosca.	286724	UN	2	3	R\$ 155,00	R\$ 465,00
141	RDT078141AU	Tarraxa 2 polegadas: Tarraxa, dimensão: 2 pol, uso: abertura rosca.	286723	UN	2	3	R\$ 207,00	R\$ 621,00

Planilha de Itens do Termo de Referência

142	RDT078142AU	Tarraxa 3 Polegadas: Tarraxa, dimensão: 3 pol, uso: abertura rosca.	286724	UN	2	2	R\$ 560,00	R\$ 1.120,00
143	RDT078143AU	Tarraxa ¾ Polegadas: Tarraxa, Dimensão: ¾ pol, uso: abertura rosca.	286719	UN	2	7	R\$ 57,65	R\$ 403,55
144	RDT078144AU	Tê soldável 110mm: Conexão hidráulica, material: pvc cloreto de polivinila, tipo: tê 90°, tipo fixação: soldável, aplicação: instalações prediais água fria, bitola: 110 mm.	242709	UN	3	30	R\$ 151,89	R\$ 4.556,70
145	RDT078145AU	Tê soldável 20mm: Conexão hidráulica, material: pvc cloreto de polivinila, tipo: tê 90°, tipo fixação: soldável, bitola: 1,2 pol.	441040	UN	12	115	R\$ 2,00	R\$ 230,00
146	RDT078146AU	Tê soldável 25mm: Conexão hidráulica, material: pvc cloreto de polivinila, tipo: tê 90°, tipo fixação: soldável, cor: marrom, bitola: 25 mm.	399168	UN	22	215	R\$ 2,50	R\$ 537,50
147	RDT078147AU	Tê soldável 32mm: Tê conexão para tubos e canos soldável, material: pvc cloreto de polivinila, diâmetro entrada: 32 mm, diâmetro saída: 32 mm, comprimento total: 78 mm, altura: 39 mm, características adicionais: 90°.	422203	UN	8	75	R\$ 5,91	R\$ 443,25
148	RDT078148AU	Tê soldável 40mm: Conexão hidráulica, material: pvc cloreto de polivinila, tipo: tê 90°, tipo fixação: soldável, bitola lado soldável: 40 mm, aplicação: instalações prediais água fria.	333577	UN	3	30	R\$ 11,00	R\$ 330,00
149	RDT078149AU	Tê soldável 50mm: Conexão hidráulica, material: pvc cloreto de polivinila, tipo: tê 90°, tipo fixação: soldável, bitola lado soldável: 50 mm, aplicação: instalações prediais água fria.	333578	UN	5	45	R\$ 13,57	R\$ 610,65
150	RDT078150AU	Tê soldável 60mm: Conexão hidráulica, material: pvc cloreto de polivinila, tipo: tê 90°, tipo fixação: soldável, aplicação: instalações prediais água fria, bitola: 60 mm.	242708	UN	4	40	R\$ 40,96	R\$ 1.638,40
151	RDT078151AU	Tê soldável 75mm: Conexão hidráulica, material: pvc cloreto de polivinila, tipo: tê 90°, tipo fixação: soldável, bitola lado soldável: 75 mm, aplicação: instalações prediais água fria.	333576	UN	2	20	R\$ 106,45	R\$ 2.129,00
152	RDT078152AU	Tê soldável 85mm: Conexão hidráulica, material: pvc cloreto de polivinila, tipo: tê 90°, tipo fixação: soldável, aplicação: instalações prediais água fria, bitola: 85 mm.	242710	UN	2	10	R\$ 121,95	R\$ 1.219,50

Planilha de Itens do Termo de Referência

153	RDT078153AU	Tê soldável com bucha de latão na bolsa central 25mm x 20mm: Conexão hidráulica, material: pvc cloreto de polivinila, tipo: tê, tipo fixação: soldável e roscável, características adicionais: com bucha de latão, aplicação: instalações prediais água fria, bitola i: 3,4 x 1,2 pol.	441171	UN	3	30	R\$ 6,45	R\$ 193,50
154	RDT078154AU	Tê soldável com bucha de latão na bolsa central 25mm: Conexão hidráulica, material: pvc cloreto de polivinila, tipo: tê, tipo fixação: soldável e roscável, bitola lado roscável: 3,4 pol, bitola lado soldável: 25 mm, características adicionais: com bucha de latão, cor: azul.	390468	UN	3	30	R\$ 8,00	R\$ 240,00
155	RDT078155AU	Tela odorizante; Tela odorizante, material:borracha, tipo uso: mictório odor: lavanda.	338603	UN	28	276	R\$ 5,35	R\$ 1.476,60
156	RDT078156AU	Torneira boia c haste metálica 1 polegadas: Torneira, material corpo: metal, tipo: bóia caixad'água, diâmetro: 1 pol, características adicionais: balão pvc, aplicação: caixa d'água.	396905	UN	3	22	R\$ 67,44	R\$ 1.483,68
157	RDT078157AU	Torneira boia c haste metálica 1.1/2 polegadas: Torneira, material corpo: metal, tipo: bóia caixad'água, diâmetro: 1 1,2 pol, características adicionais: balão pvc, aplicação: caixa d'água.	396903	UN	2	20	R\$ 135,77	R\$ 2.715,40
158	RDT078158AU	Torneira boia c haste metálica 1.1/4polegadas: Torneira, material corpo: metal, tipo: bóia caixad'água, diâmetro: 1 1,4 pol, características adicionais: balão pvc, aplicação: caixa d'água.	396904	UN	3	25	R\$ 170,00	R\$ 4.250,00
159	RDT078159AU	Torneira boia c haste metálica ½ polegadas: Torneira, material corpo: metal, tipo: bóia caixad'água, diâmetro: 1,2 pol, características adicionais: balão pvc, aplicação: caixa d'água.	240666	UN	8	72	R\$ 35,00	R\$ 2.520,00
160	RDT078160AU	Torneira boia c haste metálica 2 polegadas: Torneira, material corpo: metal, tipo: bóia caixad'água, diâmetro: 2 pol, características adicionais: bóia em pvc, aplicação: instalação hidráulica.	346216	UN	2	20	R\$ 219,99	R\$ 4.399,80
161	RDT078161AU	Torneira boia c haste metálica ¾ polegadas: Torneira, material corpo: pvc, tipo: bóia caixad'água, diâmetro: 3,4 pol.	412726	UN	6	60	R\$ 60,00	R\$ 3.600,00
162	RDT078162AU	Torneira de bancada bica movel ½ polegadas: Torneira, material corpo: aço inoxidável, tipo: bica móvel, diâmetro: 1,2 pol, acabamento superficial: cromado, características adicionais: bancada e bico arejador, aplicação: instalação hidráulica.	253944	UN	19	190	R\$ 58,28	R\$ 11.073,20

Planilha de Itens do Termo de Referência

163	RDT078163AU	Torneira de jardim: Torneira, material corpo: metal cromado, tipo: giratória com alavanca, diâmetro: 1,2 pol, acabamento superficial: cromado, características adicionais: adaptador para mangueira, acionamento tipo volante, aplicação: jardim.	443645	UN	20	200	R\$ 46,28	R\$ 9.256,00
164	RDT078164AU	Torneira de lavatório de bancada ½ polegadas: torneira, material corpo: aço inoxidável, tipo: alavanca, diâmetro: 1,2 pol, características adicionais: mesa, abertura, fechamento movimento lateral do cotovelo, aplicação: lavatório e pia clínico, hospitalar.	482763	UN	13	130	R\$ 109,00	R\$ 14.170,00
165	RDT078165AU	Torneira de lavatório de bancada ½ polegadas: Torneira, material corpo: aço inoxidável, tipo: alavanca, diâmetro: 1,2 pol, características adicionais: parede, abertura, fechamento movimento lateral do cotovelo, aplicação: lavatório e pia clínico hospitalar.	435944	UN	15	150	R\$ 99,33	R\$ 14.899,50
166	RDT078166AU	Torneira de parede bica movel ½ polegadas com filtro: Torneira, material corpo: metal, tipo: filtro, diâmetro: 1 1,2 pol, acabamento superficial: cromado, características adicionais: com bica móvel longa e bico arejador, aplicação: cozinha, cor: prateada.	434674	UN	10	100	R\$ 121,92	R\$ 12.192,00
167	RDT078167AU	Torneira de parede bica movel ½ polegadas: Torneira, material corpo: metal cromado, tipo: parede, diâmetro: 12pol, características adicionais: com bica móvel longa e bico arejador, aplicação: cozinha.	381089	UN	12	120	R\$ 80,00	R\$ 9.600,00
168	RDT078168AU	Tubo plástico de esgoto de 100mm, vara de 6m: Tubo pvc soldável, aplicação: rede hidráulica e esgoto, cor: branca, diâmetro nominal: 100 mm, comprimento: 6 m, comprimento bolsa: 70 mm, espessura paredes: 1,20 mm, pressão: 7,50 kgf/cm ² a 20°C, tipo: leve.	249993	UN	8	75	R\$ 128,00	R\$ 9.600,00
169	RDT078169AU	Tubo plástico de esgoto de 75mm, vara de 6m: Tubo plástico, material: pvc, diâmetro: 75 mm, comprimento: 6 m, aplicação: esgoto.	286283	UN	5	45	R\$ 95,00	R\$ 4.275,00
170	RDT078170AU	Tubo roscável 6 m 1 polegada: Tubo pvc roscável, aplicação: hidráulica, cor: branca, diâmetro nominal: 1 pol, comprimento: 6 m, comprimento rosca: 19 mm, espessura paredes: 3,50 mm, pressão: 7,50 kgf/cm ² a 20°C.	399175	UN	3	30	R\$ 129,37	R\$ 3.881,10
171	RDT078171AU	Tubo roscável 6 m 1.1/4 polegadas: Tubo pvc roscável, diâmetro nominal: 50 mm, comprimento: 6 m, cor: branca pressão: 80 mca.	399181	UN	3	30	R\$ 135,00	R\$ 4.050,00

Planilha de Itens do Termo de Referência

172	RDT078172AU	Tubo roscável 6 m 2 polegadas: Tubo pvc roscável, aplicação: hidráulica, , diâmetro nominal: 2 pol, comprimento: 6 m, cor: branca comprimento rosca: 16 mm, espessura paredes: 2,90 mm.	399176	UN	3	30	R\$ 179,90	R\$ 5.397,00
173	RDT078173AU	Tubo roscável 6 m 2.1/2mm: Tubo pvc roscável, aplicação: hidráulica, diâmetro nominal: 2.1/2 pol, comprimento: 6 m, espessura paredes: 2,90 mm cor: branca.	399179	UN	3	30	R\$ 240,00	R\$ 7.200,00
174	RDT078174AU	Tubo roscável 6 m 20mm: Tubo pvc roscável, diâmetro nominal: ½ pol, comprimento: 6 m cor: branca.	350602	UN	2	20	R\$ 111,33	R\$ 2.226,60
175	RDT078175AU	Tubo roscável 6 m 25mm: Tubo pvc roscável, cor: branca, diâmetro nominal: 3/4 pol, comprimento: 6 m, espessura paredes: 2,60 mm.	456165	UN	2	10	R\$ 90,00	R\$ 900,00
176	RDT078176AU	Tubo roscável 6 m 3 polegadas: Tubo pvc roscável, aplicação: hidráulica, cor: marrom, diâmetro nominal: 3 pol, comprimento: 6 m, comprimento rosca: 16 mm, espessura paredes: 2,90 mm cor: branca.	340431	UN	2	10	R\$ 397,00	R\$ 3.970,00
177	RDT078177AU	Tubo soldável 6 m 20mm: Tubo pvc soldável, aplicação: hidráulica, cor: marrom, diâmetro nominal: 20 mm, comprimento: 6 m, material: pvc rígido.	396867	UN	9	85	R\$ 23,99	R\$ 2.039,15
178	RDT078178AU	Tubo soldável 6 m 25mm: Tubo pvc soldável, aplicação: hidráulica, cor: marrom, diâmetro nominal: 25 mm, comprimento: 6 m, material: pvc rígido.	396865	UN	9	85	R\$ 39,00	R\$ 3.315,00
179	RDT078179AU	Tubo soldável 6 m 32mm: Tubo pvc soldável, aplicação: hidráulica, cor: marrom, diâmetro nominal: 1 pol, comprimento: 3 m, espessura paredes: 32 mm.	214732	UN	4	40	R\$ 46,17	R\$ 1.846,80
180	RDT078180AU	Tubo soldável 6 m 40mm: Tubo pvc soldável, aplicação: hidráulica, cor: marrom, diâmetro nominal: 1.1/4 pol, comprimento: 3 m, espessura paredes: 40 mm.	214733	UN	2	15	R\$ 97,99	R\$ 1.469,85
181	RDT078181AU	Tubo soldável 6 m 50mm: Tubo pvc soldável, aplicação: hidráulica, cor: marrom, diâmetro nominal: 1 ½ pol, comprimento: 3 m, espessura paredes: 50 mm.	214734	UN	4	32	R\$ 91,18	R\$ 2.917,76
182	RDT078182AU	Tubo soldável 6 m 60mm: Tubo pvc soldável, aplicação: hidráulica, cor: marrom, diâmetro nominal: 60 mm, comprimento: 6 m, comprimento bolsa: 60 mm, espessura paredes: 3,30 mm, pressão: 7,50 kgf, cm2 a 20°C.	214735	UN	3	30	R\$ 163,47	R\$ 4.904,10

Planilha de Itens do Termo de Referência

183	RDT078183AU	Tubo soldável 6 m 75mm: Tubo pvc soldável, aplicação: hidráulica, cor: marrom, diâmetro nominal: 75 mm, comprimento: 6 m, comprimento bolsa: 70 mm, espessura paredes: 4,20 mm, pressão: 7,50 kgf, cm2 a 20°C.	214736	UN	2	15	R\$ 220,00	R\$ 3.300,00
184	RDT078184AU	Tubo soldável 6 m 85mm: Tubo pvc soldável, aplicação:hidráulica, cor:marrom, diâmetro nominal: 85 mm, comprimento:6 m, comprimento bolsa:79 mm, espessura paredes:4,70 mm, pressão:7,50 kgfcm2 a 20°C.	214737	UN	2	10	R\$ 249,49	R\$ 2.494,90
185	RDT078185AU	União ferro galvanizado 1.1/4 polegadas assento cônico:Conexão hidráulica, material: ferro maleável galvanizado, tipo: união, bitola i: 1. 1/4 pol.	424525	UN	2	10	R\$ 60,60	R\$ 606,00
186	RDT078186AU	União ferro galvanizado 2 polegadas assento cônico : Conexão hidráulica, material: ferro maleável galvanizado, tipo: união, bitola i: 2 pol.	424526	UN	2	20	R\$ 99,00	R\$ 1.980,00
187	RDT078187AU	União ferro galvanizado 3 polegadas assento cônico : Conexão hidráulica, material: ferro maleável galvanizado, tipo: união, bitola i: 3 pol.	287156	UN	2	10	R\$ 273,97	R\$ 2.739,70
188	RDT078188AU	União soldável 110mm: União soldável, material: pvc cloreto de polivinila, diâmetro: 110 mm, comprimento total: 150 mm, altura: 184 mm, peso: 1,90 g, normas técnicas: nbr 5648.	214191	UN	2	15	R\$ 416,38	R\$ 6.245,70
189	RDT078189AU	União soldável 20mm: Conexão hidráulica, material: pvc cloreto de polivinila, tipo fixação: soldável, aplicação: instalação hidráulica, bitola: 20 mm, tipo i: luva união.	462556	UN	3	29	R\$ 6,33	R\$ 183,57
190	RDT078190AU	União soldável 25mm: Conexão hidráulica, material: pvc cloreto de polivinila, tipo fixação: soldavel, aplicação: instalação hidráulica, bitola i: 3,4 pol, tipo i: luva união.	462576	UN	4	39	R\$ 8,49	R\$ 331,11
191	RDT078191AU	União soldável 32mm: Conexão hidráulica, material: pvc cloreto de polivinila, tipo fixação: soldável, aplicação: instalação hidráulica, bitola: 32 mm, tipo i: luva união.	462560	UN	3	30	R\$ 13,27	R\$ 398,10
192	RDT078192AU	União soldável 40mm: Conexão hidráulica, material: pvc cloreto de polivinila, tipo fixação: soldável, aplicação: instalação hidráulica, bitola: 40 mm, tipo i: luva união.	462562	UN	2	15	R\$ 26,39	R\$ 395,85
193	RDT078193AU	União soldável 50mm: Conexão hidráulica, material: pvc cloreto de polivinila, tipo: união, tipo fixação: soldável, aplicação: instalações prediais água fria, normas técnicas: nbr 5648, bitola: 50 mm.	351295	UN	2	10	R\$ 39,80	R\$ 398,00

Planilha de Itens do Termo de Referência

194	RDT078194AU	União soldável 60mm: Conexão hidráulica, material: pvc cloreto de polivinila, tipo: união, tipo fixação: soldável, aplicação: instalação hidráulica, bitola i: 2 pol.	369396	UN	2	10	R\$ 68,03	R\$ 680,30
195	RDT078195AU	União soldável 75mm: Conexão hidráulica, material: pvc, tipo: união, tipo fixação: soldável, bitola: 75 mm.	474236	UN	2	5	R\$ 155,00	R\$ 775,00
196	RDT078196AU	União soldável 85mm: Conexão hidráulica, material: pvc cloreto de polivinila, tipo: união, tipo fixação: soldável, aplicação: instalações prediais água fria, normas técnicas: nbr 5648, bitola i: 85 mm.	351299	UN	2	5	R\$ 185,66	R\$ 928,30
197	RDT078197AU	Válvula de lavatório 1.1/4.	456130	UN	28	275	R\$ 70,00	R\$ 19.250,00
198	RDT078198AU	Válvula de mictório: Válvula descarga, material: metal, tratamento superficial: cromado, bitola: ½ pol, aplicação: mictório, tipo: automática, tipo uso: acionamento manual.	429926	UN	4	40	R\$ 318,65	R\$ 12.746,00
199	RDT078199AU	Válvula de pé 32mm: Válvula de pé, material: bronze, tipo sistema vedação: roscável, aplicação: instalação hidráulica, bitola: 32mm, características adicionais: com crivo.	469288	UN	2	10	R\$ 180,02	R\$ 1.800,20
200	RDT078200AU	Válvula de pé 40mm: Válvula de pé, material: bronze, tipo sistema vedação: roscável, aplicação: instalação hidráulica, bitola: 40mm, características adicionais: com crivo.	469289	UN	2	10	R\$ 209,27	R\$ 2.092,70
201	RDT078201AU	Válvula de pé 50 mm: Válvula de pé, material: bronze, tipo sistema vedação: roscável, aplicação: instalação hidráulica, bitola: 50 mm, características adicionais: com crivo.	469290	UN	2	10	R\$ 233,35	R\$ 2.333,50
202	RDT078202AU	Válvula de retenção horizontal 2 polegadas: :Válvula retenção, material corpo: bronze, tipo: horizontal, diâmetro nominal: 2 pol, tipo extremidades: rosqueadas, aplicação: rede hidráulica.	265482	UN	2	10	R\$ 418,03	R\$ 4.180,30
203	RDT078203AU	Válvula de retenção horizontal 1 polegada: Válvula retenção, material corpo: bronze, tipo: horizontal, diâmetro nominal: 1 pol, tipo extremidades: rosqueadas, aplicação: rede hidráulica.	307941	UN	2	5	R\$ 229,00	R\$ 1.145,00
204	RDT078204AU	Válvula de retenção horizontal 25mm: Válvula retenção, material corpo: bronze, tipo: horizontal, diâmetro nominal: ¾ pol, tipo extremidades: rosqueadas.	257125	UN	2	10	R\$ 116,98	R\$ 1.169,80
205	RDT078205AU	Válvula de retenção horizontal em latão 1.1/4 polegadas:Válvula retenção, material corpo: bronze, tipo: horizontal, diâmetro nominal: 1.1/4 pol, tipo extremidades: rosqueadas, aplicação: rede hidráulica.	468604	UN	2	10	R\$ 238,02	R\$ 2.380,20

Planilha de Itens do Termo de Referência

206	RDT078206AU	Válvula de retenção horizontal em latão 2.1/2 polegadas::Válvula retenção, material corpo: bronze, tipo: horizontal, diâmetro nominal: 2.1/2 pol, tipo extremidades: rosqueadas, aplicação: rede hidráulica.	346239	UN	2	15	R\$ 532,94	R\$ 7.994,10
207	RDT078207AU	Válvula de retenção vertical 2 polegadas:Válvula retenção, material corpo: bronze, material sede: bronze, tipo: vertical com portinhola, diâmetro nominal: 2 pol, tipo extremidades: rosqueadas, tipo rosca: bsp aplicação: rede hidráulica	323507	UN	2	5	R\$ 271,65	R\$ 1.358,25
208	RDT078208AU	Vaso sanitário com caixa acoplada: Vaso sanitário, material: louça, cor: branca, características adicionais: acoplado com descarga, tipo: convencional.	264236	UN	4	33	R\$ 478,00	R\$ 15.774,00
209	RDT078209AU	Veda rosca 10m: Fita veda rosca, material: teflon, comprimento: 10 m, largura: 18 mm, espessura: 0,06 a 0,08 mm, resistência temperatura: 200 a 260 °c, normas técnicas: abnt, mil spec t27730a.	225707	UN	21	210	R\$ 3,96	R\$ 831,60
210	RDT078210AU	Veda rosca 20m: Fita veda rosca, material: teflon, comprimento: 20 m, largura: 18 mm.	465553	UN	2	20	R\$ 7,59	R\$ 151,80
211	RDT078211AU	Veda rosca 50m: Fita veda rosca, material: teflon, comprimento: 50 m, largura: 18 mm.	465553	UN	9	90	R\$ 13,49	R\$ 1.214,10
212	RDT078212AU	Veda rosca líquido: Veda rosca, tipo: líquido, aplicação: instalações hidráulicas 310mL.	282588	UN	2	20	R\$ 48,00	R\$ 960,00
213	RDT078213AU	Mangueira diâmetro 1/2 pol. Descrição complementar: Tipo cristal, rolo com 50 metros.	461173	UN	2	11	R\$ 147,50	R\$ 1.622,50
214	RDT078214AU	Bolsa Excêntrica para Vaso Sanitário, 100 x 100 mm.	615055	UN	2	20	R\$ 36,62	R\$ 732,40
215	RDT078215AU	Bomba de água centrífuga, autoaspirante, trifásico 220/380 v, vazão 5 m³/h ou superior e coluna d'água a 16 m.c.a.	461085	UN	2	4	R\$ 3.207,00	R\$ 12.828,00
216	RDT078216AU	Bomba submersa trifásica 220v vazão: 10 m³/h, coluna d'água 91,5 m.c.a; lubrificado a água bocal de 2".	405844	UN	2	3	R\$ 5.300,00	R\$ 15.900,00
217	RDT078217AU	Bomba submersa trifásica 380v vazão 28 m³/h, coluna d'água 80 m.c.a , lubrificado a água e bocal de saída 2.1/2".	461084	UN	2	5	R\$ 11.030,00	R\$ 55.150,00
218	RDT078218AU	Bomba submersa trifásica 380v, vazão 10 m³/h , coluna d'água 91,5 m.c.a e lubrificado a água e bocal de saída 2.1/2".	606389	UN	2	4	R\$ 1.519,28	R\$ 6.077,12
219	RDT078219AU	Bomba de água centrífuga, autoaspirante, trifásico 380/220v, vazão 50 m³/h ou superior e coluna d'água 30mca.	471237	UN	2	2	R\$ 10.524,00	R\$ 21.048,00
220	RDT078220AU	Tubo PVC Corrugado, parede dupla, JE, DN 150 mm/DE 160 mm, rede coletora.	626503	UN	4	35	R\$ 54,05	R\$ 1.891,75

Planilha de Itens do Termo de Referência

221	RDT078221AU	União ferro galvanizado 2 1/2" polegadas assento cônico : Conexão hidráulica, material: ferro maleável galvanizado, tipo: união, bitola i: 2 pol.	451647	UN	2	10	R\$ 245,00	R\$ 2.450,00
222	RDT078222AU	União ferro galvanizado 1 1/2" polegadas assento cônico : Conexão hidráulica, material: ferro maleável galvanizado, tipo: união, bitola i: 2 pol.	451647	UN	2	10	R\$ 90,43	R\$ 904,30
223	RDT078223AU	Tubo PVC corrugado, parede dupla, JE, DN 200 mm/ DE 200 mm, rede coletora.	626503	UN	2	10	R\$ 93,50	R\$ 935,00
224	RDT078224AU	Tubo PVC corrugado, parede dupla, JE, DN 250 mm/ DE 250 mm, rede coletora.	626503	UN	2	10	R\$ 146,46	R\$ 1.464,60
225	RDT078225AU	Tubo PVC defofo, JEI, 1 MPA, DN 100 mm, para rede de água (NBR 7665).	606899	UN	2	20	R\$ 50,78	R\$ 1.015,60
226	RDT078226AU	Tubo PVC defofo, JEI, 1 MPA, DN 150 mm, para rede de água (NBR 7665).	302187	UN	2	5	R\$ 144,76	R\$ 723,80
227	RDT078227AU	Tubo PVC defofo, JEI, 1 MPA, DN 200 mm, para rede de água (NBR 7665).	302188	UN	2	5	R\$ 223,90	R\$ 1.119,50
228	RDT078228AU	Luva de correr em PVC para água DN 150 mm.	302845	UN	2	4	R\$ 350,00	R\$ 1.400,00
229	RDT078229AU	Registro de gaveta em ferro fundido BB com cabeçote DN 150mm.	233019	UN	2	2	R\$ 711,99	R\$ 1.423,98
230	RDT078230AU	Registro de gaveta em ferro fundido BB com cabeçote DN 100 mm.	233019	UN	2	2	R\$ 610,00	R\$ 1.220,00
VALOR TOTAL								R\$ 848.088,64



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	Termo de Referência
Data/Hora de Criação:	10/04/2026 13:18:24
Páginas do Documento:	41
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	42
Hash MD5:	286adff91a38d00417026e734876afeb
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten YAN BISMARCK DO NASCIMENTO BATISTA no dia 10/04/2026 às 11:06:00 no horário oficial de Brasília.

BASE AEREA DE NATAL - BANT

Estudo Técnico Preliminar 26/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 67222.000951/2026-92

2. Descrição da necessidade

O presente estudo tem por objeto a seleção da proposta mais vantajosa para a aquisição de material hidráulico e bombas submersas, destinados à manutenção e ao adequado funcionamento dos sistemas hidráulicos das Unidades que compõem a Guarnição de Aeronáutica de Natal (GUARNAE-NT).

A contratação mostra-se indispensável para assegurar a continuidade das atividades administrativas e operacionais desenvolvidas na Base Aérea de Natal (BANT) e nas organizações apoiadas e subordinadas, dentre as quais se destacam: o Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI), a Prefeitura de Aeronáutica de Natal (PANT), o Destacamento de Controle do Espaço Aéreo de Natal (DTCEA-NT), o 3º/1º Grupo de Comunicações e Controle (3º/1º GCC), o Núcleo do Hospital de Aeronáutica de Natal (NUHANT), a Seção de Infraestrutura de Natal (SERINFRA-NT) e o Grupamento Logístico de Natal (GLOG).

A infraestrutura da GUARNAE-NT depende diretamente do adequado funcionamento dos sistemas de abastecimento de água potável, drenagem pluvial, escoamento de efluentes e sistemas de bombeamento. O desgaste natural de tubulações, conexões, válvulas e bombas submersas pode ocasionar vazamentos, entupimentos, falhas no fornecimento de água e comprometimento das instalações prediais, impactando diretamente a segurança, a salubridade e a operacionalidade das unidades.

Nesse contexto, a substituição preventiva e corretiva de componentes hidráulicos e de equipamentos de bombeamento é fundamental para mitigar riscos operacionais, evitar paralisações de serviços essenciais e reduzir a necessidade de intervenções emergenciais de maior custo.

A aquisição está alinhada à previsão orçamentária anual da BANT e ao planejamento institucional, observando os princípios da economicidade, eficiência e planejamento, com foco na obtenção de resultados e na adequada gestão dos recursos públicos.

Os itens a serem contratados enquadram-se como bens comuns, uma vez que apresentam padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos no edital, conforme disposto no art. 6º, inciso XLI, da Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, a presente contratação é necessária para garantir a continuidade das operações, a preservação do patrimônio público e o pleno cumprimento da missão institucional da GUARNAE-NT.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Esquadrão de Infraestrutura da BANT	YAN BISMARCK DO NASCIMENTO BATISTA 1º Ten Av

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A aquisição de material hidráulico e bombas submersas para a Base Aérea de Natal, deverá atender integralmente às especificações constantes no Termo de Referência e na proposta da contratada, observando os padrões de qualidade, desempenho e sustentabilidade aplicáveis, garantindo a segurança, eficiência operacional e conformidade técnica dos itens adquiridos.

1. Entrega dos Bens

O prazo de entrega é de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, em remessa única, devendo ocorrer no setor requisitante mencionado na Nota de Empenho, localizado na Base Aérea de Natal – Estrada do Especialista, s/n – Bairro Emaús – Parnamirim/RN – CEP 59148-900, nos seguintes horários:

- Segunda a quinta-feira: das 08h às 15h;
- Sexta-feira: das 08h às 11h.

O recebimento deve ser previamente agendado pelo telefone constante na Nota de Empenho.

Caso a entrega não possa ser realizada no prazo previsto, a empresa deverá comunicar formalmente a contratante com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, apresentando as justificativas. Eventual prorrogação será analisada, ressalvadas situações de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovadas.

2. Condições de Fornecimento

Os bens especificados neste Estudo Técnico Preliminar (ETP) são considerados comuns, nos termos do art. 6º, inciso XLI, da Lei nº 14.133/2021, apresentando padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos no edital e no Termo de Referência.

Os materiais deverão ser novos, de primeiro uso, devidamente acondicionados e entregues, com descarga, no Esquadrão de Infraestrutura da Base Aérea de Natal, observadas as especificações técnicas e quantitativos estabelecidos.

Os produtos deverão ser fornecidos em embalagens adequadas, contendo identificação da empresa fornecedora e o número da Nota Fiscal, assegurando sua correta identificação e rastreabilidade.

O objeto contratado deverá ser acompanhado de manual do usuário em versão completa em português, contendo todas as instruções necessárias para operação e manutenção, bem como relação atualizada das redes de assistência técnica autorizadas, com endereço e contatos, visando garantir o suporte adequado em todo o território nacional.

No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 6 (seis) meses do prazo total recomendado pelo fabricante.

A licitante deverá declarar que possui pleno conhecimento das condições necessárias ao fornecimento do objeto, comprometendo-se a cumprir integralmente as exigências estabelecidas quanto às especificações, quantidades e critérios previstos no processo.

Havendo rejeição de materiais por desconformidade com as especificações, a empresa fornecedora deverá providenciar a substituição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da notificação formal, admitida prorrogação por até 5 (cinco) dias úteis, mediante justificativa aceita pela Administração.

3. Sustentabilidade e Conformidade Técnica

Para a aquisição, deverão ser observados critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis, com atenção ao uso de material reciclado, atóxico e biodegradável, conforme normas específicas da ABNT NBR.

Os materiais deverão ser acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, utilizando preferencialmente materiais recicláveis, garantindo proteção durante transporte e armazenamento.

Será dada prioridade a produtos reciclados e recicláveis e a bens que considerem critérios compatíveis com padrões sustentáveis, conforme art. 7º, inciso XI, da Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), observando-se também a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010 e demais atos normativos ambientais aplicáveis.

Foi consultado o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU, 8ª edição, atualizada em outubro de 2025, para verificação de disposições normativas de caráter ambiental aplicáveis ao objeto.

Nos termos do Decreto nº 2.783/1998 e da Resolução CONAMA nº 267/2000, é vedada a oferta de produto ou equipamento que contenha ou utilize Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio (SDO), abrangidas pelo Protocolo de Montreal.

Deverão ser observados, ainda, os requisitos de certificação do INMETRO aplicáveis ao objeto.

4. Recebimento do Objeto:

O recebimento dos materiais será realizado por equipe técnica ou fiscal designado pela Administração, no local indicado, no ato da entrega.

No momento do recebimento, será efetuada a verificação da conformidade dos materiais com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta vencedora, abrangendo, entre outros aspectos, os requisitos técnicos, critérios de sustentabilidade, acondicionamento, integridade, quantidades e funcionamento, quando aplicável.

O recebimento dar-se-á em duas etapas:

- **Recebimento Provisório:** realizado no prazo de até 10 (dez) dias, pelo fiscal designado, para conferência preliminar da conformidade dos bens com as especificações contratuais;
- **Recebimento Definitivo:** realizado no prazo de até 05 (cinco) dias após o recebimento provisório, mediante termo circunstanciado, desde que constatado o atendimento integral aos requisitos de quantidade, qualidade e funcionamento dos materiais entregues.

Caso a verificação não seja concluída dentro do prazo estabelecido, o recebimento definitivo ocorrerá automaticamente ao final do prazo previsto, salvo manifestação formal em contrário da Administração.

Identificadas não conformidades, os materiais serão rejeitados, sendo a empresa fornecedora formalmente notificada para proceder à substituição, reparo ou correção dos itens que apresentem avarias, defeitos ou vícios, no prazo definido pelo setor requisitante, às suas expensas, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente.

5. Garantia e Responsabilidades

As empresas vencedoras do processo licitatório responsabilizar-se-ão pelos vícios e danos decorrentes do objeto fornecido, obrigando-se a substituir, reparar ou corrigir quaisquer avarias, defeitos ou inconsistências em relação às especificações técnicas exigidas.

A contratada deverá apresentar declaração formal de que possui pleno conhecimento das condições exigidas para o fornecimento. O prazo de garantia seguirá o disposto na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), sendo exigido que bens com validade, como adesivos ou componentes similares, possuam pelo menos 12 (doze) meses de validade a contar da data de entrega.

6. Qualificação Técnica

Após reavaliação do objeto e da natureza dos itens a serem adquiridos — materiais hidráulicos padronizados e bombas submersas — decidiu-se pela não exigência de qualificação técnica, incluindo atestados de capacidade técnica, nos requisitos da contratação descritos no ETP.

A decisão fundamenta-se nos seguintes aspectos:

- Os materiais e equipamentos apresentam especificações técnicas simples e padronizadas, amplamente disponíveis no mercado;
- A conformidade será verificada no momento do recebimento, conforme critérios técnicos definidos no Termo de Referência;
- Não há risco técnico relevante que justifique restrição à competitividade por meio da exigência de qualificação específica;
- A dispensa da exigência contribui para assegurar ampla competitividade, em consonância com os princípios da isonomia, razoabilidade e seleção da proposta mais vantajosa, previstos na Lei nº 14.133/2021.

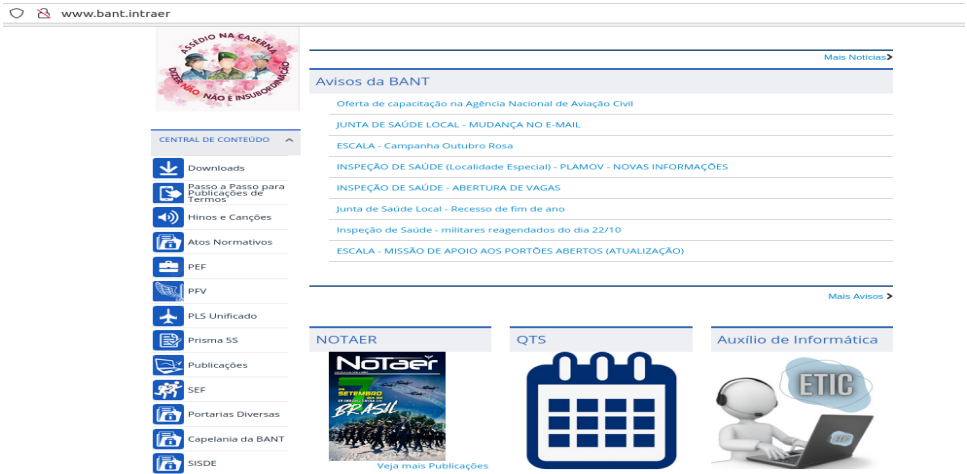
No que se refere à qualificação econômico-financeira exige-se que o interessado comprove sua saúde financeira por meio de certidões negativas de insolvência civil (quando aplicável) e de falência, além da apresentação do balanço patrimonial, demonstrações de resultado e demais demonstrativos contábeis dos dois últimos exercícios sociais, elaborados conforme a lei.

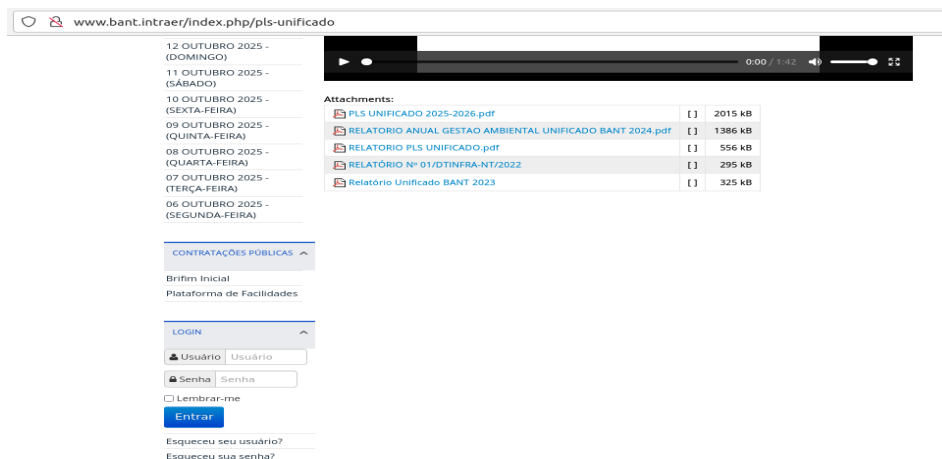
7. Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS)

O Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) caracteriza-se como instrumento de governança previsto no art. 6º da Portaria SEGES/ME nº 8.678 /2021, vinculado ao planejamento estratégico do órgão e às leis orçamentárias, estabelecendo estratégias de contratações e logística sob as dimensões econômica, social, ambiental e cultural.

O presente processo encontra-se contemplado no Plano de Gestão de Logística Sustentável Unificado da BANT (PLS 2025/205), abrangendo aspectos como materiais de consumo, energia elétrica, água e esgoto, coleta seletiva, qualidade de vida no ambiente de trabalho, compras e contratações sustentáveis, deslocamento sustentável e construções sustentáveis.

O objeto está alinhado ao Relatório Anual de Acompanhamento do Plano de Gestão de Logística Sustentável divulgado no site da Base Aérea de Natal, visando à racionalização de gastos, otimização de processos e minimização dos impactos ambientais decorrentes das atividades internas.

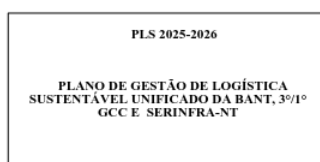




MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
BASE AÉREA DE NATAL



LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
BASE AÉREA DE NATAL

PORTARIA BANT Nº 99/GSB_EIE, DE 7 DE MARÇO DE 2025.
Protocolo COMAER nº 67222.003836/2025-99

Aprova o Plano de Gestão de Logística Sustentável Unificado da BANT, 3º/1º GCC e SERINFRA-NT.

O COMANDANTE DA BASE AÉREA DE NATAL, no uso da atribuição que lhe confere o subitem 2.1 do Manual Eletrônico de Cargos e Funções da Aeronáutica do RADA-e - Regulamento de Administração de Aeronáutica Eletrônico, aprovado pela Portaria GABAER nº 25/GC3, de 21 de janeiro de 2021, e do Item IV, do Art. 46 da RICA 21-9/2024, RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a edição anual do PLS "Plano de Gestão de Logística Sustentável" da BANT, 3º/1º GCC e SERINFRA-NT.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em Boletim Interno da BANT, com base no Inc. IV, do artigo 18, do Decreto Federal nº 12.002, de 22 de abril de 2024.

RICARDO GUERRA REZENDE Brig Ar
Comandante da BANT

5. Levantamento de Mercado

Para fins de análise, foram levantadas as seguintes soluções pela Equipe de Planejamento da Contratação

Solução 1: Análise de itens similares que possam eventualmente constar nas Atas de Registro de Preços (SRP) vigentes, gerenciadas pelo GUARNAE-NT.

Análise: INVIÁVEL. Quanto às Atas de Registro de Preços Vigentes, não foram verificados itens similares para aquisição que atendam a demanda nas Atas vigentes do GUARNAE-NT, conforme consulta no Sistema Integrado de Logística de Material e de Serviços (SILOMS).

Solução 2: Adesão às Atas de Registro de Preços (SRP) vigentes e gerenciadas por outros órgãos da Administração Pública.

Análise: INVIÁVEL. Após verificação, observou-se que Incompatibilidade dos Objetos quanto a Especificações Técnicas, Ausência de Vantagem Econômica (Preços Incompatíveis e Custos adicionais), Ausência de Aceitação do Fornecedor (Recusa do Fornecedor e Incerteza e Atrasos), Risco de Incompatibilidade Contratual, Prejuízo ao Princípio da Isonomia (Falta de Competição e Desvantagem para Empresas Locais) podem prejudicar no processo de aquisição.

Solução 3: Realização de pregão eletrônico, na modalidade de Registro de Preços.

Análise: VIÁVEL. A licitação por meio do SRP é uma alternativa adequada para proporcionar celeridade ao processo de aquisição de bens com melhor custo-benefício à Administração, com economicidade de recursos públicos auferidos por meio do Pregão Eletrônico, visto que possibilita a redução de estoques e pessoal envolvidos nos almoxarifados, bem como reduz-se a margem de erro na hora da compra, pois se compra de forma parcelada, conforme a demanda daquele momento.

Com base nestas análises e informações, a Equipe de Planejamento da Contratação adotou a SOLUÇÃO 3: Realização de pregão eletrônico

Tal escolha deu-se por conta de a utilização da Ata SRP apresentar-se como opção consolidada em outros órgãos públicos, bem como na forma e condições de aquisição de empresas privadas, indicando, portanto, a adequação das condições estipuladas aos requisitos padrões de mercado, o que está alinhada às necessidades de cada item contemplados neste estudo. Devido à natureza dos itens a serem adquiridos, verificou-se que a solução apresentada é a única exequível, além de ser economicamente viável, mostrando-se a opção mais adequada e vantajosa à instituição.

6. Descrição da solução como um todo

A presente solução visa à aquisição de materiais hidráulicos e bombas submersas para garantir a manutenção e conservação da infraestrutura da Base Aérea de Natal (BANT) e das unidades por ela apoiadas. A disponibilidade desses insumos é essencial para o funcionamento contínuo e eficiente das instalações, garantindo o suporte adequado às atividades militares e administrativas.

A contratação abrangerá materiais hidráulicos, como conexões, adaptadores, tubos, registros, chuveiros, mictórios, bombas submersas e centrífugas, além dos demais itens necessários para reparos e melhorias do sistema hidráulico da GUARNAE-NT. A aquisição será conduzida por meio de processo licitatório, garantindo melhor relação custo-benefício, qualidade e conformidade com as normas técnicas.

Com essa medida, busca-se preservar o patrimônio público, evitar gastos excessivos com grandes reformas e assegurar a continuidade das operações, contribuindo para a eficiência e economicidade na gestão dos recursos da unidade.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

O Estudo de Demanda e as documentações que lhe dão suporte constam no Anexo II deste Estudo Técnico Preliminar anexado aos autos.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 848.088,64

Em atendimento do artigo 3º da Instrução Normativa no 65, de 7 de julho de 2021, a pesquisa de preços e respectivas metodologias empregadas estão dispostas no Estudo de Precificação constante nos autos do processo. Cabe ressaltar que o valor da contratação estimado foi de **R\$ 848.088,64 (oitocentos e quarenta e oito mil, oitenta e oito reais e sessenta e quatro centavos)**.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O parcelamento do objeto foi considerado viável técnica e economicamente por ser composto de itens de natureza divisível, uma vez que cada item possui aplicação individual, de maneira que tanto aquisição quanto a utilização independe dos demais. Ademais, podem ser fornecidos por empresas distintas e, desse modo, amplia-se a competição.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se verificam contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

Esta equipe de planejamento **DECLARA** que não constam itens similares para aquisição por meio das Atas de Registro de Preços (SRP) vigentes da BANT.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação encontra respaldo institucional conforme previsão no Plano de Trabalho Anual (PTA) e no Planejamento Anual de Aquisições e Contratações 2026, sob o Código de Planejamento nº 120631/000063/2026.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A aquisição de materiais de hidráulicos e bombas submersas para a GUARNAE-NT trará diversos benefícios diretos e indiretos para rede hidráulica e infraestrutura em geral e para a execução das atividades operacionais das unidades da guarnição. Os principais ganhos dessa contratação incluem:

1. Melhoria na Eficiência do Abastecimento de Água

- As bombas submersas garantem uma captação eficiente de água, proporcionando maior regularidade no abastecimento das dependências da Guarnição.
- Redução do risco de interrupções no fornecimento, essenciais para o suporte das atividades militares e administrativas.

2. Maior Confiabilidade e Segurança Operacional

- Substituição de equipamentos desgastados ou obsoletos, evitando falhas inesperadas que possam comprometer o funcionamento da infraestrutura.
- Redução do risco de vazamentos, alagamentos e problemas hidráulicos que possam afetar a segurança das instalações.

3. Redução de Custos com Manutenção Corretiva

- Investimento em novos materiais diminui a necessidade de manutenções emergenciais, que costumam ser mais onerosas e impactam a disponibilidade operacional.
- Equipamentos modernos apresentam maior durabilidade e eficiência, reduzindo o custo com reposições frequentes.

4. Atendimento às Normas Técnicas e Ambientais

- Modernização dos sistemas hidráulicos de acordo com regulamentações vigentes, promovendo um uso mais racional da água e minimizando desperdícios.
- Garantia de conformidade com padrões ambientais, evitando impactos negativos ao meio ambiente e possíveis sanções regulatórias.

5. Sustentabilidade e Eficiência Energética

- As novas bombas submersas são mais eficientes em termos energéticos, reduzindo o consumo de eletricidade e contribuindo para uma operação mais sustentável.
- Melhor controle do uso de recursos hídricos, evitando desperdícios e garantindo uma gestão eficiente do abastecimento de água.

6. Continuidade das atividades operacionais e administrativas

- Um sistema hidráulico confiável proporciona melhores condições para execução das atividades operacionais e administrativas dos militares e servidores, garantindo acesso adequado a água para consumo, higiene e demais necessidades operacionais.
- Redução de transtornos ocasionados por falhas na infraestrutura hidráulica, promovendo um ambiente de trabalho mais seguro e funcional.

Com esses ganhos, a aquisição de materiais hidráulicos e bombas submersas se torna essencial para garantir a continuidade e a eficiência das operações da Guarnição de Aeronáutica de Natal, contribuindo para a segurança, economia e sustentabilidade das unidades.

13. Providências a serem Adotadas

De acordo com o inciso XI do art. 7º da Instrução Normativa no 40/2020, após a análise dos aspectos relativos à presente aquisição, a Administração adotará as seguintes providências:

a) Designação da Equipe de Recebimento: Foi realizada a publicação da portaria de designação dos responsáveis pelo recebimento dos materiais relacionados ao objeto da contratação, assegurando a conformidade com as normas vigentes.

b) Capacitação de Gestores e Fiscais: A instituição mantém a oferta de cursos de capacitação voltados a fiscais e gestores de contratos, promovidos periodicamente, com o objetivo de aprimorar os servidores e garantir maior eficiência e efetividade na execução e acompanhamento do processo de aquisição.

c) Gestão de Riscos: No mapa de risco foram identificados os potenciais problemas associados à aquisição, tais como atrasos na entrega, fornecimento de itens em desconformidade e indisponibilidade de estoque, sendo previstas medidas preventivas e corretivas para mitigar possíveis obstáculos e ameaças que possam comprometer a execução contratual.

d) Adequação da Estrutura Organizacional: Não se verificou a necessidade de alteração na estrutura existente para a recepção dos materiais, de natureza comum, considerando que a Administração dispõe de instalações adequadas para o armazenamento, bem como de pessoal capacitado para manipulação, registro e acondicionamento dos itens adquiridos.

e) Registro Patrimonial e Acondicionamento:

- Para os bens classificados como permanentes, será realizado o devido registro patrimonial, com base nas informações da nota fiscal, vinculando cada bem ao setor responsável por sua utilização.
- Para os materiais de consumo, será realizado o cadastramento e controle de estoque no sistema próprio da Administração, com a devida baixa conforme utilização.

f) Gestão de Demandas e Empenho: Cada unidade solicitante será responsável por consolidar suas demandas, formalizar as solicitações de empenho e coordenar o processo de recebimento, conferência e distribuição dos materiais, assegurando que cada item seja destinado conforme a necessidade operacional previamente identificada.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A aquisição de materiais hidráulicos e bombas submersas, embora classificada como fornecimento de bens comuns, pode gerar impactos ambientais diretos e indiretos ao longo do ciclo de vida dos produtos (fabricação, transporte, uso e descarte). Nesse contexto, destacam-se os seguintes possíveis impactos:

1. Consumo de Recursos Naturais

- Extração de matérias-primas para fabricação de tubulações, conexões, válvulas e componentes metálicos ou plásticos;
- Utilização de recursos minerais e derivados de petróleo na produção de equipamentos hidráulicos e bombas submersas.

2. Geração de Resíduos Sólidos

- Resíduos provenientes de embalagens (papelão, plástico, isopor e materiais de proteção);
- Descarte de peças substituídas durante manutenções corretivas;
- Possível geração de resíduos ao final da vida útil das bombas submersas e componentes hidráulicos.

3. Consumo de Energia

- Consumo energético associado ao processo industrial de fabricação dos materiais;
- Consumo de energia elétrica durante a operação das bombas submersas;
- Emissões indiretas decorrentes do transporte dos produtos até a unidade contratante.

4. Risco de Contaminação

- Possibilidade de vazamentos em sistemas hidráulicos antigos, caso não haja substituição adequada;
- Eventual descarte inadequado de óleos, graxas ou componentes elétricos das bombas;
- Risco ambiental caso equipamentos contenham substâncias vedadas por normas ambientais.

5. Impactos no Ciclo de Vida do Produto

- Emissões atmosféricas associadas à cadeia produtiva;
- Impactos relacionados ao descarte inadequado de materiais não recicláveis;
- Potencial geração de resíduos eletrônicos no caso de bombas com componentes elétricos e eletrônicos.

Medidas Mitigadoras Previstas na Contratação

Considerando os possíveis impactos identificados, a contratação contempla medidas destinadas à mitigação ambiental, tais como:

- Prioridade para produtos recicláveis, reciclados, atóxicos ou biodegradáveis, quando aplicável;
- Exigência de conformidade com normas técnicas e certificações do INMETRO;
- Vedação ao fornecimento de equipamentos que contenham Substâncias Destruidoras da Camada de Ozônio (SDO);
- Exigência de embalagens adequadas, com preferência por materiais recicláveis e menor volume possível;
- Verificação da conformidade ambiental no momento do recebimento dos materiais;
- Observância das diretrizes do Plano de Logística Sustentável (PLS) da BANT.

Dessa forma, embora existam potenciais impactos ambientais inerentes à cadeia produtiva e ao ciclo de vida dos materiais hidráulicos e bombas submersas, a contratação foi estruturada para minimizar tais efeitos, promovendo práticas sustentáveis e alinhadas à legislação ambiental vigente.

15. Prorrogação da Ata de Registro de Preços

Tendo como fundamento o art. 84 da Lei no 14.133/2021 e o Parecer no 00075/2024/DECOR/CGU/AGU, esta equipe de planejamento manifesta, desde já, o interesse institucional em permitir a prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços a ser celebrada no âmbito deste processo, incluindo a renovação das quantidades originalmente previstas, desde que mantidas as condições de interesse público e vantajosidade.

Tal medida visa proporcionar maior flexibilidade administrativa, continuidade no atendimento das necessidades da Base Aérea de Natal e otimização de recursos, evitando a instauração de novos certames em curto intervalo de tempo, sempre que se mantiverem válidas as condições técnicas e econômicas da contratação.

Para que a prorrogação seja válida e executável, deverão ser atendidos os seguintes pressupostos mínimos:

- a) comprovação, por meio de análise técnica, de que os preços registrados permanecem vantajosos frente aos praticados no mercado;
- b) previsão explícita da possibilidade de prorrogação no edital e na própria ata de registro de preços;
- c) menção formal deste tema no Estudo Técnico Preliminar (ETP), conforme aqui registrado;
- d) formalização da prorrogação mediante termo aditivo dentro do prazo de vigência da ata.

Além disso, caberá ao Gerente da Ata, quando da instauração do subprocesso para eventual prorrogação, instruir o processo com:

- parecer técnico com justificativa detalhada da conveniência e oportunidade da prorrogação;
- levantamento de preços atualizado e mapa comparativo para comprovação de economicidade;
- consulta formal aos fornecedores registrados sobre o interesse em manter as condições originais;

- verificação do cumprimento contínuo das condições de habilitação pelas empresas;
- e manifestação da área responsável quanto à compatibilidade orçamentária.

Em observância aos prazos legais e à organização dos trâmites administrativos, a documentação necessária deverá ser encaminhada à Assessoria de Controle Interno com **antecedência mínima de três meses** em relação ao término da vigência da ata.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

Os estudos preliminares evidenciaram que a contratação da solução descrita, ou seja, a aquisição de material hidráulico e bombas submersas mostra-se tecnicamente viável e fundamentadamente necessária para garantir a continuidade dessas atividades na Base Aérea de Natal (BANT) e das unidades por ela apoiadas/subordinadas, que incluem o Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI), a Prefeitura de Aeronáutica de Natal (PANT), o Destacamento de Controle do Espaço Aéreo de Natal (DTCEA-NT), o 3o/1o Grupo de Comunicações e Controle (3o/1o GCC), o Núcleo do Hospital de Aeronáutica de Natal (NUHANT), a Seção de Infraestrutura de Natal (SERINFRA-NT) e o Grupamento Logístico de Natal (GLOG).

A descontinuidade na aquisição desses materiais comprometeria diretamente a execução das atividades essenciais dessas organizações, podendo impactar negativamente a infraestrutura necessária ao desempenho da missão institucional. Além disso, a contratação pretendida está alinhada ao planejamento orçamentário e financeiro anual, garantindo o atendimento das necessidades operacionais de forma eficiente e dentro dos princípios da administração pública.

Diante do exposto, declara-se ser VIÁVEL a contratação pretendida, sendo indispensável para assegurar a manutenção adequada das instalações e a continuidade das atividades das unidades envolvidas.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

YAN BISMARCK DO NASCIMENTO BATISTA

Presidente da Equipe de Planejamento da Contratação

JOAO VITOR DE OLIVEIRA CAMPOS

Presidente Substituto e Membro da Equipe de Planejamento da Contratação

BIANCA ALBUQUERQUE CARDOSO

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação

LEONARDO RODRIGUES BARBOSA DO NASCIMENTO

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação

NATANAEL FELIPE DE OLIVEIRA

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação

Despacho: Aprovo

SILVIA NATALIA SOARES MENEZES DA SILVA

Ordenadora de Despesas da BANT

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Anexo I do ETP - Justificativas Complementares.pdf (133.48 KB)
- Anexo II - Anexo II do ETP - Estudo de Demanda.pdf (150.98 KB)
- Anexo III - Documento de Oficialização de Demanda.pdf (8.56 MB)
- Anexo IV - Estudo de Precificação.pdf (158.76 KB)



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	Estudo Técnico Preliminar
Data/Hora de Criação:	10/04/2026 13:05:54
Páginas do Documento:	11
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	12
Hash MD5:	db0848762778a0bdfc47b94f746ed3cf
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Segundo Sargento BIANCA ALBUQUERQUE CARDOSO RODRIGUES no dia 10/04/2026 às 10:52:21 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Terceiro Sargento NATANAEL FELIPE DE OLIVEIRA no dia 10/04/2026 às 11:05:20 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten YAN BISMARCK DO NASCIMENTO BATISTA no dia 10/04/2026 às 11:05:59 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten JOÃO VITOR DE OLIVEIRA CAMPOS no dia 13/04/2026 às 12:21:50 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Terceiro Sargento LEONARDO RODRIGUES BARBOSA DO NASCIMENTO no dia 13/04/2026 às 13:25:29 no horário oficial de Brasília.

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO



**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
BASE AÉREA DE NATAL**

PAG: 67222.000951/2026-92

**ANEXO I AO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS
COMPLEMENTARES**

O presente documento visa destacar as justificativas técnicas relevantes referentes aos elementos necessários para cumprimento ao disposto no artigo 18, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021, com vistas a subsidiar a elaboração do Termo de Referência.

Tal processo tem por objeto a Aquisição de Material Hidráulico e Bombas Submersas.

1. Da utilização de Cota Reservada

Os itens são exclusivos de ME/EPP, cujos valores não ultrapassaram R\$80.000,00.

2. Da natureza comum do objeto da licitação

O objeto desta licitação é de natureza comum, tendo em vista que atende ao requisitos dispostos no art. 6º, inciso XLI, da Lei nº 14.133/21 em que consideram-se bens e serviços comuns *“aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.”*

3. Do fornecimento contínuo ou não contínuo

O objeto desta licitação é de natureza não continuada, de modo que uma vez prestado o serviço/ entregue o bem, resolve-se a necessidade que deu azo ao contrato.

4. Da Garantia da Contratação

Por ser uma compra de bens comuns, conforme descrito neste documento, não se faz oportuna a exigência de garantia visto que o objeto será cumprido no momento da entrega do material e que tal exigência elevaria os custos da contratação.

5. Opção de Sistema de Registro de Preços

A pretensa contratação adotará o Sistema de Registro de Preços. Tal escolha deu-se por conta de a utilização da Ata SRP apresentar-se como opção consolidada em outros órgãos públicos, bem como na forma e condições de aquisição de empresas privadas, indicando, portanto, a adequação das condições estipuladas aos requisitos padrões de mercado, o que está alinhada às necessidades de cada item contemplados neste estudo. Devido à natureza dos itens a serem adquiridos, verificou-se que a solução apresentada é a única exequível, além de ser

economicamente viável, mostrando-se a opção mais adequada e vantajosa à instituição.

6. Exigência de Qualificação Técnica ou Econômico

A presente aquisição tem por objeto a contratação de materiais hidráulicos e bombas submersas destinados à manutenção e ao funcionamento dos sistemas hidráulicos da Organização Militar, essenciais para o abastecimento de água, drenagem e conservação da infraestrutura da unidade.

Considerando que os itens a serem adquiridos consistem em materiais de consumo e equipamentos padronizados, com ampla oferta no mercado, especificações técnicas bem definidas e baixa complexidade para fornecimento, entende-se que não há necessidade de exigência de qualificação técnica ou econômico-financeira para a habilitação dos licitantes.

A simplicidade relativa dos materiais e a possibilidade de verificação da conformidade dos produtos no ato do recebimento — conforme critérios técnicos previamente estabelecidos no Termo de Referência — permitem à Administração assegurar a qualidade dos itens fornecidos sem impor restrições desnecessárias, que possam comprometer a competitividade do certame.

No que se refere à qualificação econômico-financeira exige-se que o interessado comprove sua saúde financeira por meio de certidões negativas de insolvência civil (quando aplicável) e de falência, além da apresentação do balanço patrimonial, demonstrações de resultado e demais demonstrativos contábeis dos dois últimos exercícios sociais, elaborados conforme a lei.

Parnamirim/RN, (data conforme assinatura digital)

(assinado eletronicamente)

YAN BISMARCK DO NASCIMENTO BATISTA 1º Ten Av
Presidente da Equipe de Planejamento da Contratação

(assinado eletronicamente)

JOÃO VITOR DE OLIVEIRA CAMPOS 1º Ten Av
Presidente substituto e Membro da Equipe de Planejamento da Contratação

(assinado eletronicamente)

BIANCA ALBUQUERQUE CARDOSO RODRIGUES 2S SOB
Membro da Equipe de Planejamento da Contratação

(assinado eletronicamente)

LEONARDO RODRIGUES BARBOSA DO NASCIMENTO 2S SOB
Membro da Equipe de Planejamento da Contratação

(assinado eletronicamente)

NATANAEL FELIPE DE OLIVEIRA 3S QCon TOB
Membro da Equipe de Planejamento da Contratação



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	Anexo I do ETP - Justificativas Complementares
Data/Hora de Criação:	10/04/2026 13:07:39
Páginas do Documento:	2
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	3
Hash MD5:	ed905c848d7cdc0c5c7ccbc02b2d0d01
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Segundo Sargento BIANCA ALBUQUERQUE CARDOSO RODRIGUES no dia 10/04/2026 às 10:52:21 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Terceiro Sargento NATANAEL FELIPE DE OLIVEIRA no dia 10/04/2026 às 11:05:21 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten YAN BISMARCK DO NASCIMENTO BATISTA no dia 10/04/2026 às 11:05:59 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Terceiro Sargento LEONARDO RODRIGUES BARBOSA DO NASCIMENTO no dia 10/04/2026 às 11:13:47 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten JOÃO VITOR DE OLIVEIRA CAMPOS no dia 13/04/2026 às 12:21:50 no horário oficial de Brasília.

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
BASE AÉREA DE NATAL

PAG: 67222.000951/2026-92

ANEXO II DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ESTUDO DE DEMANDA

1 ANEXOS

- A. Documentos da Metodologia Empregada
- B. Documento de Oficialização de Demanda (Anexado aos autos)

2 ASSUNTO

Trata o presente documento de apresentar o levantamento do quantitativo de demanda para atendimento da necessidade administrativa para o processo de Aquisição de Material Hidráulico e Bombas Submersas para a Base Aérea de Natal, de maneira a dispor os esclarecimentos acerca da metodologia utilizada para a previsão idônea dos quantitativos estimados para a licitação.

3 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A Administração Pública deve estimar, de forma clara e precisa, o quantitativo demandado para o atendimento da necessidade administrativa, bem como evitar ao máximo o superdimensionamento e o levantamento de estimativas genéricas, sem respaldo em elementos técnicos que evidenciem a exata correlação entre a quantidade estimada e a demanda.

Nesse sentido, a Lei nº 14.133/2021, dispõe que:

Art 18.

§ 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:

(...)

IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

(...)

Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

I - condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado;

II - processamento por meio de sistema de registro de preços, quando pertinente;

III - determinação de unidades e quantidades a serem adquiridas em função de consumo e utilização prováveis, cuja estimativa será obtida, sempre que possível, mediante adequadas técnicas quantitativas, admitido o fornecimento contínuo;

IV - condições de guarda e armazenamento que não permitam a deterioração do material;

V - atendimento aos princípios:

a) da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho;

b) do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso;

c) da responsabilidade fiscal, mediante a comparação da despesa estimada com a prevista no orçamento.

§ 1º O termo de referência deverá conter os elementos previstos no inciso XXIII do caput do art. 6º desta Lei, além das seguintes informações:

I - especificação do produto, preferencialmente conforme catálogo eletrônico de padronização, observados os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança;

II - indicação dos locais de entrega dos produtos e das regras para recebimentos provisório e definitivo, quando for o caso;

III - especificação da garantia exigida e das condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso.

De modo complementar, o Manual Eletrônico de Contratações Públicas do COMAER (versão atualizada em 06 de fevereiro de 2023), dispõe que:

Seção I - Da Demanda

2.2.17 Deve-se considerar, para fins de levantamento de demanda, a quantidade do bem ou serviço efetivamente utilizado e recebido em exercícios anteriores, limitado aos últimos três anos, e não as quantidades outrora licitadas ou empenhadas, bem como, outros fatores que impactam o consumo do bem ou do serviço.

2.2.18 A demanda registrada em Processo Administrativo de Gestão deverá guardar conformidade com as reais necessidades da UG requisitante sob pena de possível responsabilização dos agentes públicos envolvidos, seja ela Apoiada ou de Apoio.

2.2.19 As medidas estabelecidas no presente manual visam a evitar o superdimensionamento de certames licitatórios, o que configura sério risco à Administração do COMAER.

2.2.20 O levantamento da demanda relacionada às aquisições vegetativas e não vegetativas de natureza recorrente são responsabilidade da UG de Apoio, fundamentada na série histórica da demanda, no Termo de Oficialização da Demanda (TOD) e fatores que impactem na necessidade pelo bem e serviço.

2.2.21 No que diz respeito às aquisições de natureza não vegetativas de natureza recorrente, a UG Apoiada deverá registrar suas necessidades por meio de Termo de Oficialização de Demanda, aprovado pelo Ordenador de Despesas ou pelo Dirigente Máximo da UG requisitante que não possuir a figura do Ordenador de Despesas em sua estrutura, contendo justificativa da necessidade, quantidade, metodologia de cálculo da demanda e local de entrega

2.2.22 Quanto às aquisições de interesse exclusivo, compete à UG requisitante o planejamento da aquisição, que compreende a elaboração de estudo técnico preliminar, do Gerenciamento de Riscos e do projeto básico/termo de referência.

2.2.23 Deverá ser analisada pela UG requisitante a conformidade do objeto do certame com indicadores físicos, tais como área construída, área verde, efetivo apoiado, ou outros julgados pertinentes, de acordo com as especificidades do objeto.

2.2.24 Deverá ser evidenciada, no processo, a compatibilidade orçamentária da demanda apresentada em relação à previsão de disponibilidade creditícia para custeio das despesas decorrentes.

2.2.25 A memória de cálculo da demanda, bem como todos os seus elementos demonstrativos de compatibilidade física e orçamentária, deverão constar obrigatoriamente da justificativa da aquisição.

Isto posto, o presente estudo foi elaborado seguindo as orientações supracitadas.

4 METODOLOGIA EMPREGADA:

A equipe de planejamento dedicou-se a assegurar que as especificações técnicas constantes neste processo refletissem exclusivamente as características essenciais dos materiais hidráulicos e das bombas submersas necessários à manutenção e conservação da infraestrutura da Base Aérea de Natal (BANT) e das Organizações Militares apoiadas. Tal cuidado teve por finalidade garantir o pleno atendimento das necessidades da Administração, evitando exigências excessivas ou restritivas que pudessem comprometer a competitividade do certame, em observância aos princípios da economicidade, transparência e eficiência previstos na Lei nº 14.133/2021.

Para a definição dos quantitativos, foi realizado levantamento técnico fundamentado nos registros de manutenção preventiva e corretiva executados pelo Esquadrão de Infraestrutura, considerando o histórico de consumo e as demandas recorrentes relacionadas a redes de abastecimento de água, sistemas de drenagem, instalações sanitárias e sistemas de bombeamento. A consolidação dos dados baseou-se nos relatórios extraídos do Sistema de Atendimento ao Usuário (SAU), contemplando as ordens de serviço registradas, bem como a estimativa de consumo para intervenções futuras durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

Os itens e respectivos quantitativos foram revisados pelo setor técnico responsável, com base na experiência operacional acumulada, permitindo ajustes necessários, correção de eventuais distorções e exclusão de materiais que não mais atendam às demandas atuais da unidade.

Como medida de prudência administrativa, aplicou-se margem de segurança de 10% (dez por cento) sobre a estimativa média de consumo, a fim de possibilitar o atendimento de demandas emergenciais ou variações não previstas, sem prejuízo à continuidade das atividades. Também foram considerados dados de contratações anteriores, assegurando maior precisão na projeção das necessidades e evitando aquisições superdimensionadas ou insuficientes.

A metodologia adotada demonstra que o planejamento da contratação foi estruturado de forma técnica e fundamentada, alinhando-se às diretrizes da Lei nº 14.133/2021 e aos princípios da economicidade, eficiência, planejamento e sustentabilidade, garantindo suporte adequado às atividades operacionais e administrativas da BANT e das unidades apoiadas.

5 CONCLUSÃO:

Do exposto, evidencia o levantamento das necessidades desta Unidade em relação ao objeto em comento, bem como a compatibilidade orçamentária da demanda apresentada em relação à previsão de disponibilidade creditícia para custeio das despesas decorrentes.

Parnamirim/RN, (data conforme assinatura digital).

Elaborado por:

(assinado eletronicamente)

YAN BISMARCK DO NASCIMENTO BATISTA 1º Ten Av
Presidente da Equipe de Planejamento da Contratação

(assinado eletronicamente)

JOÃO VITOR DE OLIVEIRA CAMPOS 1º Ten Av
Presidente substituto e Membro da Equipe de Planejamento da Contratação

(assinado eletronicamente)

BIANCA ALBUQUERQUE CARDOSO RODRIGUES 2S SOB
Membro da Equipe de Planejamento da Contratação

(assinado eletronicamente)

LEONARDO RODRIGUES BARBOSA DO NASCIMENTO 2S SOB
Membro da Equipe de Planejamento da Contratação

(assinado eletronicamente)

NATANAEL FELIPE DE OLIVEIRA 3S QSCon TOB
Membro da Equipe de Planejamento da Contratação

Documentos da Metodologia Empregada

Relatórios do Sistema de Atendimento ao Usuário (SAU)

Nº	Urgência	Objeto	OM	Solicitante	Status	Ab.	Mod.	C.Raiz	Descrição do Problema
1877582	Normal	BANT [HIDROSSANITÁRIA]	BANT	CP - CARNEIRO	PENDÊNCIA	23/01/2025	28/03/2025	TROCA DE REGISTRO	Registro de pressão do chuveiro do apartamento 04 do Hotel dos Oficiais não veda totalmente o fluxo de água quando na posição fechada.
1890180	Normal	BANT [HIDROSSANITÁRIA]	GOP-NT	2S - LEAL	PENDÊNCIA	04/02/2025	28/03/2025	OUTROS	Solicito ao Sr. que seja realizado a fixação da tubulação que abastece o carro de contraincêndio em Maxaranguape. Informo que as bragaadeiras estão com sinais de ferrugens e alguns pontos já faltando, preso por corda.. O Tombo e a numeração da edificação são respectivamente: RN.025-001 e RN.025-67222-E-019. Ramal para contato 7425.
1891910	Normal	BANT [HIDROSSANITÁRIA]	BANT	CP - CARNEIRO	PENDÊNCIA	05/02/2025	28/03/2025	TROCA DE REGISTRO	Fixar chuveiro do apartamento B-02 do Hotel dos Suboficiais e Sargentos da BANT. Na secretaria do HTG tem um chuveiro novo, caso precise trocar o chuveiro.
1893543	Normal	BANT [HIDROSSANITÁRIA]	BANT	CP - CARNEIRO	PENDÊNCIA	07/02/2025	28/03/2025	OUTROS	Vaso sanitário descolado e vazando do quarto C-04 do HTG da BANT.
1893546	Normal	BANT [HIDROSSANITÁRIA]	BANT	CP - CARNEIRO	PENDÊNCIA	07/02/2025	28/03/2025	OUTROS	Vaso sanitário descolado e vazando do quarto B-06 do HTG da BANT.
1896128	Normal	BANT [HIDROSSANITÁRIA]	GOP-NT	2S - LEAL	PENDÊNCIA	10/02/2025	28/03/2025	TROCA DE REGISTRO	Solicito ao Sr. a possibilidade de substituir os registros ou reparos dos dois chuveiros na seção de Gestão de brigadas. Informo que os chuveiros ficam vazado. O tombo e a numeração da edificação são respectivamente: RN.001-001 e RN 001.-67222-E-025. Ramal para contato 7425.
1897688	Normal	BANT [HIDROSSANITÁRIA]	BANT	CP - CARNEIRO	PENDÊNCIA	11/02/2025	28/03/2025	OUTROS	Rala do box do banheiro sem tampa no quarto A-04 do Hotel dos Graduados da BANT.
1898154	Normal	BANT [HIDROSSANITÁRIA]	BANT	SO - FRANCIMAR	PENDÊNCIA	11/02/2025	28/03/2025	OUTROS	Banda de Música - Caixa D'água - Solicito a realização da limpeza da caixa d'água do prédio da Banda de Música.
1901420	Normal	BANT [HIDROSSANITÁRIA]	BANT	CP - CARNEIRO	PENDÊNCIA	13/02/2025	28/03/2025	TROCA DE REGISTRO	Registro de pressão de água do box do banheiro do quarto D-03 do Hotel dos Graduados da BANT está danificado.
1901538	Normal	BANT [HIDROSSANITÁRIA]	BANT	3S - JUDSON	PENDÊNCIA	13/02/2025	28/03/2025	TROCA DE REGISTRO	Substituição do registro do chuveiro do alojamento do almoxarifado (SMI). PRÉDIO E-037.
1906755	Normal	BANT [HIDROSSANITÁRIA]	GSD-NT	3S - KELLIDJA	PENDÊNCIA	18/02/2025	28/03/2025	OUTROS	Solicito serviço de reparo/manutenção hidrossanitário para o vaso sanitário para o banheiro do alojamento do comandante do GSDNT.
1907788	Normal	BANT [HIDROSSANITÁRIA]	GITE	2S - GARCIA	PENDÊNCIA	19/02/2025	28/03/2025	TROCA DE REGISTRO	Vaso sanitário com vazamento na borracha de vedação com o piso e solto. localizado no alojamento dos cb/sd do GITE. CONTATO: 2S Garcia ramal: 7284
1908613	Normal	BANT [HIDROSSANITÁRIA]	GSD-NT	3S - KELLY	PENDÊNCIA	19/02/2025	28/03/2025	TROCA DE REGISTRO	Boa tarde. Solicito a instalação de um registro geral no GSD-NT, devido a inúmeras ocorrências que, por não ter este registro, a água vaza desenfreadamente em casos de cano quebrado, ou até mesmo dificultando pequenas manutenções como a substituição de torneiras. Houve no último sábado um vazamento de água no bebedouro que alagou muitas salas da áreas administrativas do GSD, inclusive a sala do Comandante do GSD. O responsável pela solicitação é o 3S Sampaio - 7336. Obrigada.
1909966	Normal	BANT [HIDROSSANITÁRIA]	BANT	CP - CARNEIRO	PENDÊNCIA	20/02/2025	28/03/2025	TROCA DE REGISTRO	Registro de pressão do chuveiro do apartamento 08 do Hotel dos Oficiais da BANT com vazamento.
1909977	Normal	BANT [HIDROSSANITÁRIA]	BANT	CP - CARNEIRO	PENDÊNCIA	20/02/2025	28/03/2025	OUTROS	Trocar vaso sanitário do apartamento 06 do Hotel dos Oficiais da BANT.
1910680	Normal	BANT [HIDROSSANITÁRIA]	GLOG-NT	SO - MARLON	PENDÊNCIA	20/02/2025	28/03/2025	OUTROS	Solicito troca de ralo da pia do banheiro do alojamento geral da BANT devido à vazamento.
1915275	Normal	BANT [HIDROSSANITÁRIA]	BANT	2S - SOBRINHO	PENDÊNCIA	25/02/2025	28/03/2025		Solicito o envio da máquina roto-rooter para desentupir um ralo localizado na cozinha do rancho remoto da BANT/CLBI.
1927658	Normal	BANT [HIDROSSANITÁRIA]	GLOG-NT	SO - M FREITAS	PENDÊNCIA	10/03/2025	28/03/2025	OUTROS	SOLICITO SUBSTITUIÇÃO DE 01 CAIXA ACOPLADA DA MARCA DECA DO VASO SANITÁRIO DO ALOJAMENTO DOS SO/SGT DA CASA DE PISTA DO A-29 DEVIDO A MESMA ESTAR RACHADA DESDE A INSTALAÇÃO DURANTE OBRAS PARA A CRUZEX. O VASO NOVO ESTÁ ISOLADO, POIS SE LIGAR FICA VAZANDO ÁGUA PELA CAIXA ACOPLADA. CONTATOS: R-7744 CASA DE PISTA DO A-29 (2/5 GAV) SO BMA M.FREITAS ENCARREGADO 84 99683-6738

1930020	Normal	BANT [HIDROSSANITÁRIA]	NUHANT	CP - SILVEIRA	PENDÊNCIA	12/03/2025	02/04/2025		Solicitamos, EM CARÁTER DE URGÊNCIA, a manutenção corretiva na rede hidráulica do Quarto 3 da Unidade de Internação "A" do NuHANT (infiltração do banheiro do quarto 3 para o Quarto 4).
1933765	Normal	BANT [HIDROSSANITÁRIA]	GLOG-NT	SO - MARLON	PENDÊNCIA	14/03/2025	28/03/2025	OUTROS	Solicito troca de Sifão sanfonado de pia de banheiro do Alojamento Geral da BANT.
1934078	Normal	BANT [HIDROSSANITÁRIA]	GLOG-NT	SO - ALBENIO	ABERTO	14/03/2025	14/03/2025		Reparar vazamento na caixa de água do hangar de lavagem. ramal 7459. SO Albênio
1934210	Normal	BANT [HIDROSSANITÁRIA]	BANT	CP - CARNEIRO	PENDÊNCIA	14/03/2025	28/03/2025	TROCA DE REGISTRO	Registro de pressão de água do box do banheiro do apartamento B-02 do Hotel de Graduados do CLBI está com vazamento.
1948481	Normal	BANT [HIDROSSANITÁRIA]	2/5 GAV	1S - JASIEL	A. AQUISIÇÃO	27/03/2025	02/04/2025	OUTROS	Solicito a possibilidade a substituição das caixas d'água do anexo Operacional do 2/5 GAV, pois as mesmas são do material AMIANTO. QUALQUER DÚVIDA FALAR COM 1S JASIEL (84) 999519027
1951271	Normal	BANT [HIDROSSANITÁRIA]	BANT	2S - SOBRINHO	ABERTO	31/03/2025	31/03/2025		Informo que o vaso sanitário do refeitório do rancho remoto da BANT/CLBI está entupido. Solicito que nos envie uma equipe para solucionar a pane.
1951411	Normal	BANT [HIDROSSANITÁRIA]	2/5 GAV	1S - JASIEL	ABERTO	31/03/2025	02/04/2025		Solicito a possibilidade da troca das torneiras do babedouro de inox de tres torneira do BAR DOS PILOTOS do 2/5 GAV, pois as mesmas estão de água com ferrugens. QUALQUER DÚVIDA FALAR COM 1S JASIEL (84) 999519027
1951550	Normal	BANT [HIDROSSANITÁRIA]	GLOG-NT	2S - PEDRO CRUZ	ATENDIMENTO	31/03/2025	01/04/2025		vazamento das caixas de água da lavagem na região do flange e adição de registro na tubulação de saída. ATT Pedro Cruz 7459
1953420	Normal	BANT [HIDROSSANITÁRIA]	BANT	S2 - GUDRYAN	A. AQUISIÇÃO	01/04/2025	02/04/2025	OUTROS	Incumbiu-me o Sr. Síndico Geral do Prédio do Comando, 1T Rogério, por ordem da Sra. Cmt. do GSB, de solicitar novamente o conserto, em caráter de urgência, do chuveiro que se encontra no banheiro do Comando do GSB. Quaisquer dúvidas, entrar em contato com o 1T Rogério, no ramal 9147
1953556	Normal	BANT [HIDROSSANITÁRIA]	1/5 GAV	1T - PASINI	ABERTO	01/04/2025	01/04/2025		SOLICITO REPARO NOS BANHEIROS DA SALA DE ESTAR DO OFICIAIS, VASOS E MICTÓRIOS ENCONTRAM-SE ENTUPIDOS.
1954165	Normal	BANT [HIDROSSANITÁRIA]	GSAU-NT	SO - BORGES	ABERTO	02/04/2025	02/04/2025		Solicitamos a substituição de 01 (uma) torneira de bancada no Vestiário dos Oficiais Femininos do NuHANT.
1954944	Normal	BANT [HIDROSSANITÁRIA]	GLOG-NT	3S - PATRICK	ABERTO	02/04/2025	02/04/2025		Solicito ao Sr. a possibilidade de reparo do registro geral da Suíte da Sala do CMT do EMB pois está em pane, impossibilitando o fluxo normal da água e a utilização da dependência.
1954949	Normal	BANT [HIDROSSANITÁRIA]	GLOG-NT	3S - PATRICK	ABERTO	02/04/2025	02/04/2025		Solicito ao Sr. a possibilidade de troca da caixa acoplada da Suíte da Sala do CMT do EMB pois está rachada, trazendo riscos físicos e materiais.
1954956	Normal	BANT [HIDROSSANITÁRIA]	BANT	3S - JULIO CESAR	ABERTO	02/04/2025	02/04/2025		3S Júlio César - Banda de Música - Síndico do facilidades - Solicito reparo no sanitário do banheiro masculino da área de facilidades pois não está funcionando.



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	Anexo II do Estudo Técnico Preliminar - Estudo de Demanda
Data/Hora de Criação:	19/03/2026 16:24:58
Páginas do Documento:	6
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	7
Hash MD5:	901ac0e8ecfa38a9a7ed23b986f7ea25
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Segundo Sargento BIANCA ALBUQUERQUE CARDOSO RODRIGUES no dia 20/03/2026 às 11:28:57 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten YAN BISMARCK DO NASCIMENTO BATISTA no dia 20/03/2026 às 11:31:00 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Terceiro Sargento LEONARDO RODRIGUES BARBOSA DO NASCIMENTO no dia 20/03/2026 às 11:33:02 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Terceiro Sargento NATANAEL FELIPE DE OLIVEIRA no dia 20/03/2026 às 11:39:45 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten JOÃO VITOR DE OLIVEIRA CAMPOS no dia 13/04/2026 às 15:42:52 no horário oficial de Brasília.

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO